

# Tribuna Operária da Luta

ANO VII - Nº 276 - DE 4 A 10 DE AGOSTO DE 1986

Cz\$ 2,50

## Abaixo assinado exige defesa do congelamento



Foto: Cicero

Convenção da Aliança Democrática em Aracaju reuniu cerca de 30 mil pessoas

### CONVENÇÕES

Partidos e coligações de sentido democrático reúnem-se na Bahia, Sergipe, Brasília e Espírito Santo, com espírito de unidade e muito povo. Página 4

Um abaixo-assinado-gigante, "para milhões de assinaturas", conforme João Bosco, presidente da Conam, está sendo articulado por um conjunto de entidades populares de âmbito nacional.

Objetivo: exigir o congelamento efetivo dos preços, punição rigorosa dos especuladores, defesa dos salários reais e aplicação sem rodeios do Plano de Reforma Agrária. Pág. 3

### Governo adultera os índices da inflação

Apesar de derrotado por quatro votos contra um na Comissão de Fiscalização do IPC, ministro da área econômica teima em não registrar o compulsório no índice. Pág.3

### Defesa das estatais é uma tarefa patriótica

A problemática do capital estatal, vista sob a ótica da Constituinte. Página 5

#### EDITORIAL

### Índices falsos

Incapaz de resolver certos problemas econômicos, o governo resolveu falsificar índices para dar a impressão de mudanças. Assim, através do tal empréstimo compulsório, elevou o preço da gasolina, do álcool, dos automóveis, do dólar e das passagens internacionais, mas não vai cumprir este aumento no índice da inflação. Para cometer tal adulteração passa por cima até mesmo da Comissão de Fiscalização do IPC, da qual fazem parte inclusive representantes do movimento sindical.

A nomeação destes representantes dos sindicatos havia sido anunciada como uma importante conquista democrática. Entretanto, se a fiscalização só tem valor quando o governo concorda, o papel da comissão fica relegado a simples formalidade.

Em relação à dívida externa as autoridades também vêm apresentando as coisas para a população de maneira distorcida. Mensalmente o país tem sido obrigado a desembolsar perto de 1 bilhão de dólares para pagar os juros da dívida externa. Inclusive se sujeita a pagar uma taxa de spread — ou seja, de risco —, elevadíssima, que aumenta em muito a quantia entregue aos bancos internacionais. Em outras palavras, o Brasil continua tendo sua economia administrada de fato pelos credores estrangeiros. E, nas sucessivas negociações com os banqueiros, o esquema de dependência não tem se alterado no fundamental. Mas o governo decidiu também neste terreno divulgar números que não retratam a realidade, com a evidente finalidade de criar uma imagem falsa para os brasileiros.

Esta forma, passou a difundir que dentro de algum tempo vai passar a pagar uma proporção menor do PIB (Produto Interno Bruto) aos banqueiros. Ao invés dos 5,2% em função da queda da taxa de juros, o

governo fala em pagar 2,5% em 87 e 2% em 1988. Na verdade não se trata de nenhum enfrentamento com os credores, como pode parecer. Pelo contrário, o governo tem negociado uma rolagem da dívida e inclusive a entrada de novos empréstimos. Os banqueiros continuariam a receber os seus juros escorchantes e a economia ficaria até mais atrelada aos empréstimos.

Não adianta nada difundir percentagens enganosas se o Brasil permanece subjugado ao capital internacional. O povo quer atitudes firmes do governo no sentido de barrar a sangria de recursos para o exterior e não demagogia.

Também em relação ao congelamento dos preços, a cada dia a nação se vê ameaçada por novos perigos. Falta carne, falta leite, faltam remédios. Diversos produtos aparecem no mercado com novos rótulos e com preços aumentados. É flagrante a burla nos pesos e nas medidas, para driblar o congelamento. Mas sobre os salários existem mecanismos de controle muito mais severos. Os trabalhadores só têm alcançado certas melhorias quando recorrem à greve e assim mesmo em diversas ocasiões enfrentando fortes represálias, como ocorreu com os cortadores de cana em Leme e com os operários da Ford, em São Bernardo.

Diante de tudo isso fica evidente mais uma vez que o congelamento e o combate aos sonegadores dependem de uma ampla unidade do povo. Da mesma forma, para obter uma posição de independência em relação aos banqueiros internacionais, o Brasil depende de uma ampla mobilização de massas. Estas questões constituem temas obrigatórios da campanha eleitoral e serão sem dúvida motivos de grandes lutas durante o período de funcionamento da Assembléia Constituinte. O povo deve se preparar para isto.



Foto: Kika Narimoto

Assembléia na porta da Philco. Uma das centenas de greves onde o Sindicato dos Metalúrgicos esteve presente.

### Congresso metalúrgico de SP tira lições das greves

Após 174 greves por empresa desde o início do ano, os metalúrgicos de São Paulo fazem seu 8º Congresso. Na ordem do dia, a campanha salarial e a CGT. Última página

### França aprova lei de ataque a imigrantes

A nova maioria parlamentar, de direita, implementa política rascista contra os trabalhadores estrangeiros (na maioria portugueses e árabes), que na região de Paris chegam a formar um quinto da mão-de-obra. Página 2

### Professores da Bahia fazem

### congresso amplo

A Associação dos Professores Licenciados da Bahia (APLB) sai da apatia e faz 1º encontro estadual depois de 34 anos. Pág. 7

Fundação Maurício Grabois

# Lei racista tenta lançar franceses contra imigrantes

O governo direitista da França aprovou na Assembléia Nacional, no dia 17 de julho, uma nova lei de imigração, mais restritiva aos direitos dos trabalhadores estrangeiros. Assim, discrimina-se aproximadamente 8% da população francesa, sob o pretexto de combater o desemprego.

A adoção da nova lei de imigração acontece num momento em que recrudescem em toda a Europa as manifestações de racismo estimuladas pela extrema direita. Também na Alemanha e Inglaterra desenvolvem-se campanhas hostis aos estrangeiros, por vezes exigindo a sua expulsão pura e simples. Segundo os racistas, seriam eles os responsáveis pela crescente onda de desemprego que atinge os operários europeus.

A dimensão que tais campanhas conseguem assumir chega a ser preocupante. Lembre-se, por exemplo, os surpreendentes 10% obtidos nas eleições parlamentares francesas de maio último pela Frente Nacional — agrupamento direitista dirigido por Jean Marie Le Pen, que faz dos imigrantes (principalmente os de origem árabe) alvo principal de sua pregação neonazista. Ainda em setembro passado, violentos distúrbios explodiram na periferia de Londres, onde habitam cidadãos vindos das antigas colônias inglesas nas Antilhas, como a Jamaica. Terroristas de direita alemães promovem com frequência atentados contra as comunidades turcas nas grandes cidades industriais, como Dortmund e Frankfurt.

## BRAÇOS IMPORTADOS

A presença dos estrangeiros é hoje um problema social de porte nos países mais desenvolvidos da Europa. As estatísticas de 1981 apontavam a presença, no continente, de 8,8 milhões de trabalhadores vindos de outras partes do mundo, enquanto 3,3 milhões de europeus trabalhavam no continente, em países estrangeiros. Assim, a Alemanha Ocidental contava neste ano com 4,5 milhões de imigrantes (destes, 1,5 milhão de turcos), que correspondiam a 7% da população do país. Na França, números semelhantes: 4,1 milhões de estrangeiros, 8% dos habitantes.

A escassez de mão-de-obra é uma constante na história europeia. Desde o final



Cartaz acusa estrangeiros pelo desemprego industrial; mas os imigrantes ficam mesmo é com o "serviço pesado"

do século XVIII, com a primeira Revolução Industrial, França e Inglaterra tiveram de recorrer a estrangeiros para suprir a falta de braços em sua indústria nascente e na agricultura, desfalcada pelo êxodo para as cidades. Países menos desenvolvidos, como a Itália, a Polônia e Portugal, passaram a fornecer estes braços.

Em 1800, 100 mil imigrantes somavam-se aos 25 milhões de franceses. As guerras e outros conflitos que marcaram o final do século XIX e a passagem para o século XX aceleraram dramaticamente a imigração. Assim, em 1919, o número de estrangeiros na França saltara para 1,4 milhão; em 1931 atingia os três milhões, chegando aos quatro milhões no início da década de 80. Até a 2ª Guerra Mundial, porém, predominavam os poloneses, italianos e portugueses, empregados na agricultura e nas minas, fundamentalmente.

No final do conflito, em 1945, dois fenômenos independentes, mas interligados, passam a agir de forma conjunta para alterar o panorama da imigração na França e em toda a Europa. De um lado, a reconstrução econômica do continente, duramente atingido, exigia o recrutamento de mão-de-obra em outros países, uma vez que milhões de homens tinham sido mortos ou inutilizados para o trabalho. De outro lado, o sistema colonial ruía, e a incerteza quanto ao futuro das jovens nações que se formavam impelia uma quantidade grande de seus habitantes para as antigas metrópoles — especialmente aqueles que lá tinham sua ascendên-

cia familiar.

A imigração deixou paulatinamente de ser temporária para adquirir um caráter permanente. E, na França, chegaram levadas numerosas de trabalhadoras saídas de colônias na África negra e no norte deste continente.

A crise econômica iniciada na década de 70 fez soar o alarme e, desde 1974, a imigração vem sendo fortemente controlada. Hoje, 70% dos imigrantes que vivem na França chegaram há mais de dez anos. O principal efeito conseguido pelas restrições aos imigrantes — como a proibição de visitar o país de origem, sob pena de não mais obter visto de permanência na França — foi a imigração também das famílias dos trabalhadores.

## CAMPANHA ENGANOSA

Os dois últimos governos franceses antes do atual, os do conservador Giscard d'Estaing e do socialista François Mitterrand, aplicaram limitações crescentes à entrada de trabalhadores estrangeiros. Mas a principal argumentação desenvolvida para sustentar estas medidas — de que os imigrantes estariam "roubando" emprego dos franceses — é refutada pela revista francesa *L'Express*, em sua edição de 4 de fevereiro de 1983. De acordo com o semanário, 22 mil estrangeiros foram dispensados em 1980 pela automação industrial, enquanto 19 mil empregos foram criados para trabalhadores especializados. A região de Paris, onde o desemprego atingia em 1981 4,6% tem 20% de imigrantes; o mesmo índice de desemprego era regis-



trado no Loire, onde os estrangeiros representam apenas 2% da população. São eles que ocupam 70% dos empregos insalubres, sofrendo duas vezes e meia mais acidentes de trabalho que os franceses.

Assim, a França, como outros países europeus, vive dois problemas distintos, embora entrelaçados: o desemprego, fruto da recessão e da política de automa-

ção adotada pela burguesia considerando apenas a redução dos custos de produção; e a instalação definitiva no país dos imigrantes. Misturar os dois, como faz a neonazista Frente Nacional, de Jean Marie Le Pen, só atende ao interesse que têm os patrões de lançar uns contra os outros os operários franceses e estrangeiros, impedindo que lutem unidos contra seu verdadeiro inimigo. (Pedro Ivo)

## Acordo entre FMI e México, uma falsa solução da dívida

Um novo capítulo da tormentosa novela protagonizada pela dívida externa mexicana. No dia 22 de julho foi assinado um acordo entre o governo de Miguel de la Madrid e o FMI, prevendo novos e vultosos empréstimos dos banqueiros estrangeiros. Fala-se em 12 bilhões de dólares num prazo relativamente curto.

Faz poucos meses que o presidente Miguel de la Madrid assegurou que o México não iria contrair novas dívidas para pagar juros aos banqueiros estrangeiros. O desmentido não tardou e o débito externo do país, hoje em torno de 100 bilhões de dólares (o segundo maior do mundo, logo abaixo do Brasil), vai se elevar ainda mais.

### FALSA SOLUÇÃO

A assinatura do novo acordo com o FMI representa, antes de tudo, mais uma capitulação do governo mexicano aos interesses dos banqueiros imperialistas. De la Madrid por várias vezes ameaçou suspender o pagamento da dívida e acenou com outras atitudes semelhantes, mas acabou cedendo. Agora fala que o caminho encontrado para fazer frente ao problema redimirá a economia mexicana da aguda crise que atravessa.

Trata-se, porém, de uma falsa solução, que não corresponde sequer aos interesses da comunidade financeira mundial, ou melhor, não é exatamente o que os magnatas das finanças pretendiam. Na realidade não havia outra alternativa para manter o sistema em "ordem".

Em 1982 o México estava literalmente falido, foi forçado a decretar moratória de 90 dias e deixou os banqueiros apavorados. Foi armada às pressas uma operação de salvamento, com a intervenção do FMI e a imposição de determinadas medidas que resultaram num período de acentuada recessão econômica, agravamento da miséria do povo e "ajuste" do país para gerar superávits comerciais com o objetivo de pagar juros.

A queda dos preços do petróleo (que responde por 70% das exportações mexicanas) precipitou uma nova crise, deixando o país sem condições de continuar pagando juros, a não ser, como acabou ocorrendo, se contraísse novos empréstimos para esta finalidade.

A forma com que o problema foi contornado torna patente que o sistema financeiro mundial meteu-se num beco sem saída. Os banqueiros não possuem a menor segurança de que terão esses recursos de volta. As iniciativas para enfrentar a dívida externa dos países dependentes, como o chamado Plano Baker (idealizado no ano passado em Seul, durante a reunião conjunta do FMI-BIRD), mostram-se inviáveis.

Para o México, a "saída" significa o aprofundamento da dependência externa. O governo promete acelerar o processo de privatização das empresas estatais e adotar uma série de medidas destinadas a adequar a economia às necessidades dos monopólios imperialistas, ampliando o leque de atividades voltadas para a exportação e abrindo (ainda mais) o país ao capital estrangeiro.

## Custo de vida sobe quase 100% em um ano na Iugoslávia

No mês passado ocorreu nova elevação do custo de vida na Iugoslávia, provocada por um sensível aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade. A agência noticiosa iugoslava Tanjug informou que em junho os preços das mercadorias a varejo subiram 6,3% em relação ao mês anterior.

O constante aumento de preços provocou uma elevação recorde da inflação nos 12 meses. Estatísticas oficiais revelam que em junho os preços das mercadorias a varejo eram 91,8% mais caros do que no mesmo mês do ano passado. No mesmo período o custo de vida subiu 96,1% e segundo a agência Tanjug isso se deve ao aumento dos preços dos alimentos.

## Garcia nacionaliza a Nestlé e suspende remessas de divisas

O presidente do Peru, Alan García, proibiu as multinacionais de remeterem divisas para o exterior pelo prazo de dois anos e limitou a capacidade de indivíduos e companhias privadas, com dívidas externas, pagarem seus credores internacionais.

As medidas, anunciadas no dia da comemoração do 165º aniversário da Independência do Peru e o 1º aniversário do governo García, objetivam diminuir a sangria de divisas do país. Calcula-se que o Peru perdeu cerca de 500 milhões de dólares com a queda das cotações de petróleo, prata e cobre nos mercados internacionais. E há uma dívida externa de 14 bilhões de dólares que garroteia o país. García prorrogou por mais um ano a decisão de que o pagamento do serviço da dívida seja limitado a 10% dos recursos obtidos com as exportações. O FMI quer receber 200 milhões de dólares até o próximo dia 15, o que contraria as decisões presidenciais, que destinaram entre 40-50 milhões de dólares para esse pagamento.

No dia 29 García nacionalizou a empresa que fabrica o Leite Glória (subsidiária da Nestlé) e que monopolizou a produção de leite enlatado no país. A empresa será transferida à iniciativa privada em 20 dias.

Presidente pressionado

## Um novo tempo na América Latina?

"É um dia de festa para a América Latina", afirmou o presidente Julio María Sanguinetti, do Uruguai. Buscasse "realizar o sonho da América Latina, de paz, fraternidade e desenvolvimento", disse o presidente Raul Alfonsín, da Argentina. "Estamos começando um tempo novo, que é histó-

rico e não admite retrocesso", sentenciou o presidente José Sarney, do Brasil.

As declarações dos três chefes de Estado referem-se ao Programa de Integração e Cooperação Econômica, assinado dia 29 por Alfonsín e Sarney (Sanguinetti deverá vincular-se a ele em 90 dias). O programa abrange áreas

como biotecnologia, energia, finanças, alimentos, aeronáutica, energia nuclear e produção de bens de capital. Através dele pretende-se criar um mercado comum entre Brasil e Argentina — e também o Uruguai —, prevendo o intercâmbio de produtos industriais e agrícolas e envolvendo 2 bilhões de

dólares em transações no espaço de cinco anos. Os presidentes fizeram questão de ressaltar que nesse "mercado comum" cabem também os demais países da América Latina.

### IDÉIA ANTIGA

Na verdade não é nova a idéia de uma integração maior — no campo político, econômico e social — entre os países da América Latina. O Programa de Integração e Cooperação Econômica assinado em Buenos Aires e apresentado como o grande resultado da viagem de Sarney à Argentina não chega a primar pela originalidade. Para citar exemplo recente, em 1960 Argentina, Brasil, Chile e Uruguai fundaram a Associação Latino Americana para o Livre Comércio (Alalce), eliminando gradualmente os direitos aduaneiros sobre mercadorias trocadas entre os países-membros, e sem nenhum resultado palpável até hoje.

Nas atuais decisões tomadas por Brasil, Argentina e

Uruguai, salta aos olhos a ausência de um tema comum e crucial: a dívida externa. Antes de sair de Brasília, Sarney já havia anunciado que não seriam tomadas decisões sobre esse assunto: "Essa discussão não será somente entre Brasil e Argentina, mas no consenso de Cartagena, com todos os países devedores da América Latina", disse.

E a dívida externa é um imenso estorvo ao desenvolvimento econômico dos países envolvidos no Programa de Integração e Cooperação Econômica. É impensável uma solução eficaz para a crise que afeta esses países sem que a sangria de suas economias pelo imperialismo seja estancada. No mais, sobram os discursos ressonantes e mesmo um outro resultado econômico setorial. Mas sem abrir perspectivas mais amplas para o crescimento conjunto e o bem-estar dos seus povos, potencializando a capacidade autônoma dos dois países", como reza a ata assinada por Alfonsín e Sarney na Argentina.



Sarney, Alfonsín e Sanguinetti ficaram entusiasmados em Buenos Aires



## Nasce a Aliança Democrática Popular em SP

Na tarde de segunda-feira, dia 28, a sede do PMDB de São Paulo foi palco de um ato político simples porém capaz de ter uma influência estratégica sobre a difícil disputa pela sucessão estadual paulista: o lançamento da "Aliança Democrática Popular" - um pacto de unidade de ação entre o PMDB, o PC do B, o PCB e o PSB, visando a vitória de Orestes Quercia e da chapa majoritária peemedebista em 15 de novembro.

A Aliança foi formalizada com a assinatura de um documento programático pelos presidentes regionais dos quatro partidos. E nos pronunciamentos que estes fizeram ficou ressaltada a necessidade de uma intensa ação comum, em ritmo de campanha, que o presidente do PMDB, Almino Affonso, batizou com o nome de "ofensiva de agosto".

### O PERIGO MALUF

O PMDB, maior partido do Estado, rompeu com esta iniciativa uma fase de expectativa e passividade que já vinha lhe custando caro. Ao recusar-se a fazer coligações, primeiro, a nível proporcional, e em seguida também para a chapa majoritária, este partido dava mostra de uma auto-suficiência que os fatos não justificam.

Embora sendo indiscutivelmente o maior partido paulista, a legenda de Ulysses Guimarães - e por tabela o conjunto das forças democráticas - enfrenta uma situação delicada. E com isto a candidatura do famigerado Paulo Maluf teve condições para efetuar uma certa ofensiva, valendo-se dos mesmos métodos já amplamente conhecidos dos brasileiros, sobretudo após a última sucessão presidencial. Trata-se de uma ofensiva de fôlego limitado - a maioria absoluta do eleitorado paulista é ferrenhamente antimalfista. Porém no caso de uma dispersão do eleitorado, há o risco de uma vitória do malufismo, mesmo com menos de 30% dos votos de novembro.

Ao patrocinar a formação da "Aliança Democrática Popular", a direção peemedebista dá um primeiro passo efetivo no sentido de se contrapor à ofensiva de Maluf. Não por acaso ela foi recebida com alívio pelos aliados do PMDB, como Rogê Ferreira, presidente do PSB, que declara-se "mil por cento favorável", inclusive "como réplica à frente direitista em torno de Maluf". Em seu pronunciamento, o presidente regional do PC do B, Antônio Neto Barbosa, explicitou com abundância de exemplos recentes a necessidade imperiosa da unidade, como promessa para qualquer avanço da democracia e dos interesses populares.

Agora a expectativa, inclusive de uma vasta parcela das bases peemedebistas, é de que a Aliança recém-formalizada comece imediatamente a funcionar no encarnado corpo-a-corpo da campanha, e com uma atenção especial para o eleitorado da capital e da Grande São Paulo, onde, ao contrário do interior, a candidatura Orestes Quercia ainda não decolou.



Aldo: atenção à cultura, à ecologia...

## Aldo Rebelo valoriza a questão da cultura na Constituinte

O ex-presidente da UNE Aldo Rebelo, candidato a deputado constituinte pela legenda do PC do B de São Paulo, reuniu na terça-feira, dia 29, perto de duas centenas de intelectuais, arquitetos, advogados, médicos, jornalistas, artistas e profissionais de vídeo, para uma apresentação de sua plataforma eleitoral. O local do encontro foi a sede do Centro Cultural Árabe Brasileiro em São Paulo, cujo presidente, Murched Taha, esteve presente. Compareceram também os deputados estaduais Valdemar Chubaci (PMDB) e Benedito Cintra (PC do B), o membro da Executiva peemedebista José Aníbal, o jornalista Raimundo Pereira, diretor da Editora Política, os dirigentes comunistas João Amazonas, Dyneas Aguiar e Renato Rabelo.

A iniciativa serviu para estreitar as relações entre a candidatura Aldo Rebelo e estes setores da intelectualidade, que acompanham com receptividade e simpatia as propostas dos comunistas para a Assembléia Constituinte. Aldo Rebelo, ao expor os pontos de vista que defenderá na Constituinte, deu ênfase a certos aspectos, às vezes subestimados mas de grande importância e interesse, como a cultura, a ecologia e a solidariedade internacional. Com as bases de sua campanha implantadas sobretudo na juventude (além de presidir a UNE, ele foi também o primeiro coordenador da UJS), Aldo vem se debruçando sobre o tema com particular atenção.

# Povo quer manter congelamento

A Conam (Confederação Nacional das Associações de Moradores) e a CGT iniciaram uma campanha a nível nacional visando a manutenção do congelamento dos preços. Este movimento, que pretende angariar milhões de assinaturas, quer impedir a ação dos setores que vem burlando o congelamento e açambarcam produtos essenciais como o leite e a carne.

O início oficial da campanha contra a remarcação dos preços se deu no dia 25, sábado, através de duas entidades de nível nacional. Durante a reunião ampliada da direção da Conam, em Brasília, com a presença de 18 Estados, ficou decidido deflagrar imediatamente uma mobilização para coletar assinaturas contra a ameaça do descongelamento. O abaixo assinado é sucinto e consta de cinco itens básicos: defesa do congelamento dos preços; punição aos sonegadores e especuladores; liberdade de organização dos trabalhadores; aumentos reais de salários; e aplicação imediata da reforma agrária e sua ampliação.

Por sua vez a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) encampou esta luta durante o encontro dos sindicalistas com os ministros Dilson Funaro e Almir Pazzianotto, no Sindicato dos Eletricistas de São Paulo. Vários diretores de sindicatos se dispuseram a reforçar o movimento com outras atividades em suas entidades. Por ser uma idéia justa e ansiada pela quase totalidade dos brasileiros, logo angariou a simpatia de amplos setores do movimento popular e sindical. Um dia após a Conam e a CGT aprovarem a idéia do abaixo-assinado, as participantes do Encontro da Mulher Trabalhadora, em São Paulo, endossaram com entusiasmo esta proposta.

### VIGILÂNCIA POPULAR

João Bosco, presidente da Conam, explica que "se há uma ofensiva do grande capital, dos grandes fazendeiros para barrar o congelamento, precisamos fazer uma grande mobilização para evitar que isso ocorra. Foi aí que sugerimos o abaixo-assinado, que é um instrumento de luta que permite a participação do maior número de pessoas".

Só a vigilância popular pode impedir a ação inescrupulosa dos grandes produtores e açambarcadores que tentam sabotar o congelamento. Há



Açougues continuam sem carne, devido à ação dos sonegadores. Contra esta prática inescrupulosa, João Bosco, presidente da Conam (foto menor), quer o abaixo-assinado



falta de leite, carne, batata e outros produtos sem que o governo tome medidas energéticas contra os culpados por isso.

O congelamento dos preços dos produtos de primeira necessidade é uma bandeira de luta antiga no movimento popular. Durante a ditadura militar, o Movimento Contra a Carestia coletou 1 milhão e 300 mil assinaturas exigindo do governo medidas urgentes contra o aumento do custo de vida. Em janeiro deste ano, no Debate Nacional Sobre Abastecimento Popular, com a participação de mais de 20 mil pessoas de

### OPINIÃO

## Uma iniciativa importante

As menores iniciativas no sentido de mudanças em benefício do povo têm encontrado sempre em nosso país uma resistência tenaz e doentia das forças reacionárias, aqui encarnadas no latifúndio e nos monopólios. Hoje esta reação arcaica volta-se principalmente contra o congelamento dos preços, a reforma agrária e a conquista de melhorias salariais pelos trabalhadores. A história nos ensina que o poder desses setores não pode nem deve ser menosprezado. Eles conseguem intimidar, submeter ou subverter governos e,

até o momento, têm obtido pleno sucesso quando se põem a protelar indefinidamente e impedir a concretização de quaisquer iniciativas que (por tímidas que sejam) contrariem seus interesses.

Para dar um basta nisto, é indispensável a mobilização popular. O abaixo-assinado elaborado pela CGT, Conam e outras entidades, é um passo importante neste sentido. Pode auxiliar na consolidação e ampliação dos direitos democráticos do povo. Por isto merece o decidido apoio de todas as forças democráticas e populares.

todas as capitais, as propostas mais aplaudidas foram a do congelamento dos preços e a de punição para os especuladores.

# Governo decide manipular o índice da inflação

O governo decidiu recorrer à manipulação estatística para segurar a inflação. Vai mesmo expurgar os aumentos dos preços do carro, álcool e gasolina (decorrentes do último pacote econômico) do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), numa iniciativa que conta com a decidida oposição dos trabalhadores e de inúmeros técnicos e órgãos de pesquisas.

A maioria dos membros do Conselho do IPC posicionou-se contra a manobra, por entender que os reajustes (já em vigor) implicam indiscutivelmente em aumento dos preços e devem ser considerados no índice. Tal conselho, é bom lembrar, foi criado no ano passado precisamente com o objetivo de evitar distorções estatísticas (tão frequentes na velha república) e tornar os cálculos do governo mais transparentes e confiáveis.

### DECISÃO ARBITRÁRIA

As autoridades econômicas resolveram desprezar a opinião dos conse-

lheiros. Além de determinar o expurgo, através da Portaria nº 94, o ministro do Planejamento, João Sayad, declarou à imprensa que não pretende reconsiderar a decisão. Com isto, desmoralizou o conselho, retirando-lhe a possibilidade de influir na determinação dos índices a fim de impedir manipulações.

A medida não tem maiores justificativas técnicas. Muito pelo contrário, tem recebido duras críticas dos especialistas. Revela-se, por isto, completamente arbitrária e casuística. Os principais prejudicados, também desta vez, serão os trabalhadores, já que, a prevalecer o entendimento de Sayad, a elevação dos preços não será computada para efeito da escala móvel dos salários.

O ministro alega que não houve propriamente um aumento nos preços do carro, álcool e gasolina, mas sim um empréstimo compulsório sobre os consumidores desses bens. Evidentemente, trata-se de um argu-

mento pouco afeto à verdade dos fatos.

Em primeiro lugar, não há como negar a variação nos preços. Para conferi-la basta ir aos postos de gasolina e às revendedoras de automóveis. Verifica-se, em consequência, uma redução da renda dos consumidores ainda que fosse digna de crédito a hipótese de restituição daqui a três anos. Mesmo isto, contudo, cheira a demagogia.

As medidas do governo não possuem sequer o caráter de um empréstimo compulsório. Os atingidos não vão receber em moeda, mas em ações de valor duvidoso (provavelmente de estatais deficitárias).

Ao lado de tudo isto, resta também a dúvida sobre o destino dos recursos que serão arrecadados. As autoridades afirmam que constituirão um fundo orientado unicamente para investimentos, mas há sérios indícios

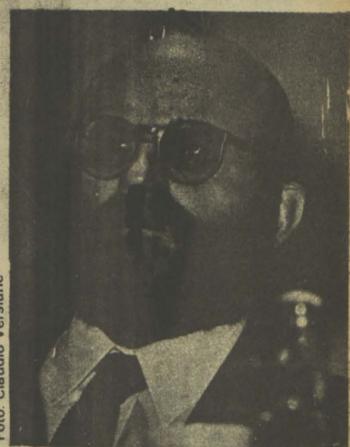


Foto: Cláudio Versiane

Sayad defendeu a manobra

de que servirão, antes de tudo, para ajudar a tapar o buraco do déficit público.

# Dívida: apesar da retórica, submissão aos bancos

O governo chegou a um novo acordo com os banqueiros estrangeiros. Trata-se da rolagem dos vencimentos de 1985 e 1986 e dos créditos comerciais e interbancários de curto prazo (destinados ao financiamento das exportações), que somam 31 bilhões de dólares. Até o final do ano deverá ser renegociada toda a dívida externa brasileira.

Ao lado dessa iniciativa, o governo tem afirmado que o Brasil necessita diminuir a transferência de recursos ao exterior para melhor cuidar de seus problemas internos. O ministro do Planejamento, João Sayad, chegou a declarar: "Vamos jogar duro". Mas as atitudes do governo estão longe de corresponder a esta retórica.

### POSTURA CONCILIADORA

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, dá os números da pretensão governamental: "Devemos pagar 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1987 e 2% em 1988", assegurou. No ano passado, o país pagou 10,4 bilhões de dólares, o equivalente a 5,6% do PIB. Para este ano, prevê-se a transferência de algo em torno de 4% do produto.



Funaro garante: Brasil é um bom negócio para os monopólios estrangeiros

Assim, segundo as projeções oficiais, o Brasil no próximo ano deverá enviar ao exterior um pouco mais da metade dos recursos que destina hoje aos banqueiros estrangeiros. Partiremos, então, para um confronto, ainda que parcial, com os agiotes internacionais?

Na verdade, não é este o plano do governo e o próprio Funaro fez ques-

tão de esclarecer que não pretende tomar nenhuma medida unilateral. Ou seja, a estratégia montada passa pela conciliação com os bancos estrangeiros. Pretende-se convencê-los de que é um bom negócio emprestar mais dinheiro ao Brasil. Trabalha-se, ainda, com a hipótese de capitalização dos juros na medida em que superem os 2,5% do PIB.

Essas projeções constam do Plano

de Metas recentemente anunciado e indicam claramente que não está entre as intenções do governo promover um desenvolvimento verdadeiramente independente do país. Tudo se resume, no final, na tentativa de adular os monopólios imperialistas e fazer crer aos magnatas das finanças que o Brasil continua sendo um bom negócio.

Na parte referente ao crescimento da siderurgia brasileira, o projeto é "sanear as dívidas das empresas do setor com os recursos dos empréstimos compulsórios para que essas empresas estejam aptas a captar dinheiro estrangeiro". Outra parte será dedicada ao Projeto Carajás (que prevê a produção de 35 milhões de toneladas de ferro por ano para exportação). Portanto, todo o crescimento previsto no Plano de Metas contempla, fundamentalmente, os interesses do capital externo investido ou emprestado ao Brasil. No mesmo sentido, foram tomadas medidas para facilitar a entrada de capital estrangeiro nas Bolsas. Em poucas palavras, tudo permanece dentro do contexto do modelo econômico dependente. (Agência Silya)

## AS CONVENÇÕES



Entre os 30 mil populares presentes, uma farta variedade de bandeiras, inclusive as comunistas

## SERGIPE

## AD prova sua popularidade

A Aliança Democrática de Sergipe (coligação PFL-PSB-PCB-PL-PC do B) deu uma prova de força sexta-feira, dia 25, ao reunir mais de 30 mil pessoas em sua convenção no Ginásio Constância Vieira. No sábado, com menos de um terço deste comparecimento e num ambiente conturbado, as "oligarquias do boi e da cana" promoviam a convenção conjunta do PDS e PMDB.

O ginásio, maior recinto fechado de Sergipe, foi pequeno para acomodar os populares que se deslocaram da periferia e do interior para apoiar os candidatos da Aliança a governador, Antonio Carlos Valadares e vice, Benedito Figueiredo. Pelo menos 5 mil pessoas ficaram do lado de fora, mesmo assim num clima de alegria, disputando bandeiras e flâmulas dos candidatos majoritários e proporcionais.

A festa começou cedo. As 17:30, milhares de pessoas já assistiam a apresentação de artistas da terra, como Joesia Ramos, Paulo Lobo e Roberto Alves — um dos autores da música "Oligarquias do boi e da cana", que diz: "Da cana faremos o bagaço e do boi tiramos o couro". O povo sergipano tem reagido com energia à atitude de José Carlos Teixeira e outros peemedebistas que passaram 20 anos denunciando a oligarquia da cana e agora unem-se a ela para postular o governo estadual.

Todos os oradores à convenção da AD denunciaram a compra de votos por parte do

PDS-PMDB. Antonio Carlos Valadares, candidato a governador, lembrou que a liberdade não se faz com o uso do dinheiro na compra de votos, mas "com o sentimento cívico e democrático e com a força do povo". O candidato a vice, Benedito Figueiredo, manifestou sua fé "neste povo que vai à luta e não perde a esperança".

**COMPRA DE VOTOS**  
Representando o PMDB autêntico de Sergipe, "que não se entregou ao poder econômico", o prefeito de Aracaju, Jackson Barreto, apontou "o golpe aplicado por José Carlos Teixeira no PMDB de Teotônio Vilela e Tancredo Neves", asseverando que este partido mantém de pé a defesa das conquistas sociais e democráticas, "mesmo sob o fogo cruzado daqueles que traíram o povo ao se aliarem ao que existe de mais reacionário no Estado, que é o PDS oligárquico rural".

O PC do B, que teve a participação destacada, foi representado entre os oradores pelo líder estudantil Edvaldo Nogueira, candidato a deputado estadual, que argumentou o apoio dos comunistas ao candidato do PFL: "Ele não se entregou ao poder econômico e oligárquico e, quando o país mais precisou de seus préstimos, não negou apoio a Tancredo Neves nem se esquivou em participar das mudanças desejadas pelos brasileiros. Enquanto José Carlos Teixeira deu as costas aos democratas e, o que é mais grave, ao povo, se aliando ao PDS malufista e usando a mesma tática de Maluf, a compra de votos" — denunciou Edvaldo Nogueira.

As bandeiras comunistas tremularam livremente ao lado das de outros partidos.

## CONFUSÃO NO PMDB

O PMDB de José Carlos Teixeira, em virtude de sua aliança aberta com a mais tradicional reação sergipana, chegou à sua convenção dividido por diversos atritos entre peemedebistas antigos e "cristãos novos" recém-saídos do PDS. Na lista de candidatos que apresentou, 15 postulantes, foram deixados de lado para dar lugar aos pedessistas. Estes, numa jogada oportunista, "tomaram a legenda do PMDB de assalto" — conforme a orientação de Albano Franco e seu pai, Augusto Franco, poderoso usineiro, dono da maior fortuna de Sergipe.

Diante disso o PMDB autêntico, liderado pelo prefeito Jackson Barreto, soltou uma nota de protesto assinada por mais de 50 líderes do interior do Estado, todos filiados àquela legenda: "Viemos a público — diz o documento — manifestar o nosso repúdio pela atitude descabida do deputado José Carlos Teixeira que, traíndo a tudo e a todos, resolveu se aliar ao PDS, aos Francos e aos malufistas". E acrescenta: "Só agora entendemos o que foram 20 anos de mentira, 20 anos de engodo, 20 anos de sofisma, 20 anos enganando a todos nós e ao povo sergipano. Nós somos o verdadeiro PMDB, o MDB, este sim, de 20 anos de luta e passado glorioso".

(da sucursal)

## BAHIA

## Apoio de massas a Waldir

A convenção estadual do PMDB baiano foi realizada no último dia 27, levando para o Centro de Convenções cerca de 30 mil pessoas, da capital e do interior. A convenção homologou a chapa majoritária formada por Waldir Pires para governador; Nilo Coelho, para vice; Rui Bacelar e Juthay Magalhães, para o Senado. Aprovou também a coligação com o PC do B e outros partidos.

A decisão arbitrária do TSE que limitou o número de candidatos de cada partido, mesmo no caso de coligação, trouxe problemas sérios à convenção, devido ao grande número de postulantes. A Executiva Regional do PMDB, usando critérios questionáveis, reuniu-se na véspera do encontro e foi obrigada a cortar 96 candidatos pois ao PMDB só cabem 95 vagas. Em todo caso, depois de muitos protestos, a Executiva prometeu lutar ainda para derrubar a decisão do TSE.

Com o corte perderam a legenda candidatos progressistas, com larga folha de serviços prestados à luta do povo baiano, como Antônio Fernando, o *Aranha*, que pretendia ser candidato a deputado estadual, contando com o apoio do PC do B. Vandilson Costa, atual suplente de deputado estadual, também apoiado pelo PC do B, obteve legenda.

Na convenção do PMDB, teve destaque o grande número de caravanas do interior, entre elas a da cidade de Camaçari, liderada pelo prefeito Luiz Caetano, numa prova de sua grande popularidade junto ao povo do município.



Waldir Pires: homologado



O PC do B na Câmara de Salvador: unanimidade pró-coligação

## PC do B faz ato público

Cerca de 3 mil pessoas, mais de 40 delegações de municípios, participaram no último dia 26, na Câmara Municipal de Salvador, da convenção regional do Partido Comunista do Brasil, realizada para oficializar as suas duas candidaturas à Assembléia Constituinte e duas para a Assembléia Legislativa do Estado, e confirmar a coligação com o PMDB e demais partidos que compõem e frente política liderada pelo candidato a governador Waldir Pires, sob a denominação "Muda Bahia".

Na parte da manhã, os participantes da convenção ouviram a apresentação das propostas e depois iniciou-se a discussão sobre o apoio a Waldir Pires e sobre a coligação. Durante este período inúmeros pronunciamentos inflamados em defesa do avanço democrático do país e de mudanças na Bahia foram ouvidos. A tribuna livre permitiu a todos os militantes comunistas debaterem abertamente os problemas em pauta. A coligação foi aprovada por unanimidade. Foram aprovados também os nomes de Haroldo Lima e Lidice da Mata como candidatos à Constituinte, e de Luiz Nova e Javier Alfaya — ex-presidente da UNE — como candidatos à Assembléia Legislativa. Também foi anunciado o apoio aos candidatos a deputado estadual pelo PMDB, Vandilson Costa e Antônio Fernando, sendo que este último seria depois cortado da lista do PMDB.

Na parte da tarde Haroldo Lima e Lidice da Mata

fizeram a apresentação das teses do PC do B para a Constituinte. Fez parte da mesa dos trabalhos Renato Rabelo, membro da Comissão Executiva Nacional do partido.

## APRESENTAÇÃO DAS TESES

Terminada a apresentação das teses, por falta de espaço no interior da Câmara, inteiramente lotada, os presentes se concentraram na frente do prédio, quando foi realizado um comício de encerramento da convenção.

A este ato estiveram presentes, além dos candidatos do PC do B, os integrantes da chapa majoritária do PMDB, Waldir Pires, Rui Bacelar e Juthay Magalhães, os prefeitos Mário Kertesz, Luiz Caetano, Jabes Ribeiro, além de outras lideranças políticas, que falaram ressaltando a importância da coligação do PMDB com o PC do B e outros partidos, e do apoio a Waldir Pires. O candidato ao governo do Estado elogiou o trabalho do PC do B e os seus candidatos.

O comício foi dirigido pelo presidente do Diretório Regional do PC do B, Olival Freire, cabendo ao dirigente nacional Péricles de Souza anunciar os resultados da convenção e os candidatos por ela aprovados. Péricles ressaltou no seu discurso: "Estes candidatos são quadros destas articulações de pessoas que deixam como secundário suas questões pessoais para assumir os interesses do proletariado e do povo. Seus mandatos pertencerão à classe operária e ao povo brasileiro".

## BRASÍLIA

## Bloco Popular tem legenda

Nas primeiras eleições de sua história, o povo de Brasília terá opções efetivamente comprometidas com seus interesses. Em sua convenção de domingo, dia 27, o PMDB do Distrito Federal aprovou a coligação com o PC do B e outros partidos de esquerda e incluiu o jornalista Fernando Tolentino, líder do Bloco Popular, na lista dos candidatos à Constituinte.

A convenção reuniu mais de 8 mil pessoas, com torcidas organizadas de diversos candidatos majoritários e proporcionais (Brasília só elegerá senadores e deputados federais). Os militantes do Bloco Popular do PMDB tiveram destaque especial, não só pelo grande número, mas também pela animação e organização com que se apresentaram. Segundo a voz corrente entre os políticos progressistas do PMDB, o Bloco distinguia-se também por ser a única presença de massas com uma participação mais politizada, puxando palavras-de-ordem, aplaudindo os pronunciamentos mais consequentes e dando toda força à unidade do PMDB com o PC do B.

**ESTADO DE BRASÍLIA**  
Fernando Tolentino fez um dos discursos mais aplaudidos e elogiados da convenção, exortando os peemedebistas a não arredarem pé da luta pela consolidação da democracia e



Fernando Tolentino, à esquerda, ao lado de Pompeu de Sousa

pela afirmação dos compromissos populares. Tolentino defendeu a reforma agrária antilatifundiária, a suspensão do pagamento da dívida externa e a colocação dos recursos hoje sangrados pelos banqueiros internacionais à disposição de programas sociais, notadamente a democratização da casa própria e a estatização dos serviços de saúde e educação.

O candidato do Bloco Popular também foi intensamente ovacionado ao defender a criação do Estado de Brasília no lugar do atual Distrito Federal, de forma a assegurar ampla representação e total autonomia política ao seu povo.

Dois chapas disputaram a indicação para o Senado pelo PMDB de Brasília e, embora tenham vencido os candidatos

com maior tradição democrática — Pompeu de Sousa, Maerle Ferreira Lima e Lindenberg Curi —, também a chapa minoritária garantiu vagas para seus postulantes — Carlos Murilo, Meire Filho e Mucio Athayde.

Para a indicação dos candidatos a deputado também concorreram duas chapas, saindo amplamente vitoriosos os nomes indicados pela executiva do PMDB. A disputa, entretanto, causou sérios problemas, sendo insistentemente comentado que alguns candidatos tentavam comprar votos dos convencionais, numa "bolsa" que chegou a atingir Cz\$ 400 mil por voto.

Caberá aos eleitores agora — segundo Tolentino — identificar e castigar os corruptos nas urnas. (da sucursal)

## ESPÍRITO SANTO

## Max Mauro: vasta coligação

O PMDB capixaba decidiu, na convenção realizada no último fim de semana, marchar em coligação com nove partidos para as eleições deste ano, dentre eles, o PC do B. O PMDB montou uma chapa unitária para os cargos majoritários e proporcionais levando em conta todas as correntes no seu interior, deixando de lado antigas divergências, para o desapontamento de seus adversários abrigados no PFL e também no PT capixaba.

A coligação foi aprovada por 152 votos, tendo apenas 40 delegados votado contra. A Executiva Regional ficou incumbida de contatar os demais partidos para obter também em suas convenções a aprovação da coligação. Além do PC do B estão incluídos o PSC, PDC, PDS, PCB, PMN, PTB, PDT, PSB. Talvez o PDS, PSB e PTB não aprovem a coligação.

A maior dificuldade para a composição da chapa foi em relação ao Senado, com disputa entre as correntes de Max Mauro (candidato a governador) e de José Ignácio, qual



PMDB unido ganha força

senador e postulante à candidatura ao governo derrotado. Após muita disputa a chapa completa ficou assim: Para governador, Max Mauro; para vice, Sérgio Ceotto; para o senado, na chapa A, Gerson Camata, Myrthes Beviláqua e Joaquim Beato, na chapa B, Camilo Cola, Carlos Alberto Cunha e João Calmon.

Nas vésperas da convenção do PMDB, os comunistas intensificaram seus esforços para auxiliar o PMDB na busca da unidade. Várias horas

de reunião foram realizadas, com a presença de Dineas Aguiar, da Executiva Nacional do PC do B, alertando aos líderes peemedebistas sobre os danos de uma divisão das forças democráticas. O papel positivo destas articulações foi reconhecido pelo PMDB, que convidou Dineas Aguiar para compor a mesa que dirigiu a convenção.

O PFL se surpreendeu com a unidade alcançada. Este partido realizava, na mesma hora da convenção do PMDB, um encontro, onde pretendia decidir o lançamento de apenas nomes para uma das vagas ao Senado, objetivando atrair dissidentes peemedebistas para reforçar a difícil candidatura do advogado Elcio Álvares ao governo. No final da tarde, com o resultado da Convenção do PMDB, o PFL decidiu formar a chapa completa.

O PT também jogava na divisão do PMDB. Na sua convenção homologou nomes também para apenas uma vaga no Senado. Agora os petistas realizarão uma segunda convenção para completar a chapa para as duas vagas. A unidade alcançada pelo PMDB obrigou os adversários a alterar a tática eleitoral. (da sucursal)

## LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

## Medidas que revelam fraqueza

Cada dia fica mais clara a fragilidade do governo Sarney para enfrentar os problemas básicos do país. Depois do Plano Cruzado, o governo não teve condições de enfrentar os grandes empresários que boicotam flagrantemente o congelamento. Os grandes frigoríficos e os grandes pecuaristas continuam escondendo a carne da população sem que as autoridades tomem medidas punitivas. Diversos produtos vêm sendo "maquiados" e aparecem de cara nova e preço mais elevado. Em várias mercadorias notam-se fraudes no peso e na quantidade. Mas o governo não tem coragem ou disposição para enfrentar estes inimigos públicos.

## OS PODEROSOS MANDAM

Ao mesmo tempo em que não pune os sonegadores, o governo continua pagando religiosamente cerca de 1 bilhão de dólares de juros da dívida externa aos banqueiros internacionais. Também em relação aos banqueiros brasileiros, a administração central não conseguiu impedir que demitissem milhares de bancários e que passassem a cobrar taxas antes inexistentes para qualquer serviço prestado. E até agora retarda decisões no sentido de impedir que os donos de imóveis continuem despejando os inquilinos e multiplicando o preço dos aluguéis.

Fica portanto evidente a incapacidade do governo de fazer frente ao grande capital estrangeiro e brasileiro, e aos latifundiários que prosseguem matando trabalhadores rurais, líderes sindicais do campo e pessoas ligadas à luta pela reforma agrária.

## MODELO INDEPENDENTE

Mas esta falta de disposição leva ao agravamento dos problemas econômicos. Para obter dinheiro e investir no desenvolvimento industrial o presidente Sarney acaba de recorrer a uma série de medidas contidas no chamado Plano de Metas. Segundo seus idealizadores, no prazo de três anos serão colocados à disposição dos cofres públicos cerca de 600 bilhões de cruzados, sendo que boa parte virá do aumento da gasolina e do álcool e da taxa cobrada na venda de carros. Outra parcela virá do mercado de ações, onde se facilitou a entrada de capitais estrangeiros e a venda de ações das empresas estatais - que poderão ser adquiridas por testas-de-ferro das multinacionais. Mas esta quantia supera em pouco os 36 milhões de dólares que serão entregues, neste mesmo período, para os credores estrangeiros como juros da dívida externa.

Em outras palavras, os depósitos compulsórios e outras medidas visam manter um certo equilíbrio com o objetivo de permitir a continuidade da sangria de divisas para o exterior. O governo não mexe no modelo dependente herdado do regime militar.

## DUPLO CARÁTER

Tudo isso comprova que o governo atual tem um duplo caráter. Por um lado mantém uma postura democrática, convocou a Constituinte, mantém uma convivência aberta com todas as correntes de opinião. Mas por outro, no terreno econômico, cede aos grandes grupos monopolistas.

As transformações profundas que o Brasil necessita não virão portanto de cima para baixo. Só podem ocorrer se as grandes massas se mobilizarem e lutarem por seus direitos e pela soberania nacional.

A Constituinte será, nesta situação, palco de uma grande batalha. As forças populares precisam, desde já, encaminhar uma grande campanha para eleger uma bancada democrática de peso. E, ao mesmo tempo, preparar um poderoso movimento de massas que, durante os trabalhos constituintes, pressionará em favor das mudanças. (Rogério Lustosa)

A verdadeira função da empresa estatal e a sua contribuição para o desenvolvimento econômico independente do país são temas relevantes que estarão no centro do debate da futura Constituinte quando, então, as grandes questões nacionais deverão ser ordenadas institucionalmente.

A empresa estatal no Brasil cresceu, em número e em poder, desde a década de 1940, com o avanço da industrialização do país. Três formas de empresas públicas vieram sendo constituídas: as conceituadamente denominadas "industriais", que operam no setor de mineração, siderurgia, petroquímica etc. com a finalidade de criar uma infraestrutura para o desenvolvimento industrial; as empresas de serviço público, voltadas à atividade de água, esgoto, transporte etc. que geralmente pertencem à esfera estadual ou municipal; e as empresas financeiras que atuam na área de financiamentos, empréstimos e seguros para o mercado interno e o comércio exterior, compreendendo os bancos, as caixas e seguradoras. Além disso, surgiram autarquias, fundações e institutos de estudos, pesquisas e assessorias nos diversos campos de atividade pública.

Essas empresas multiplicaram-se e cresceram, jogando importante papel no desenvolvimento econômico, nos setores de produção e distribuição de energia elétrica, telecomunicações, portos e aeroportos, transporte ferroviário e marítimo, exploração de petróleo, petroquímica, siderurgia, mineração, energia nuclear e indústria de armamentos.

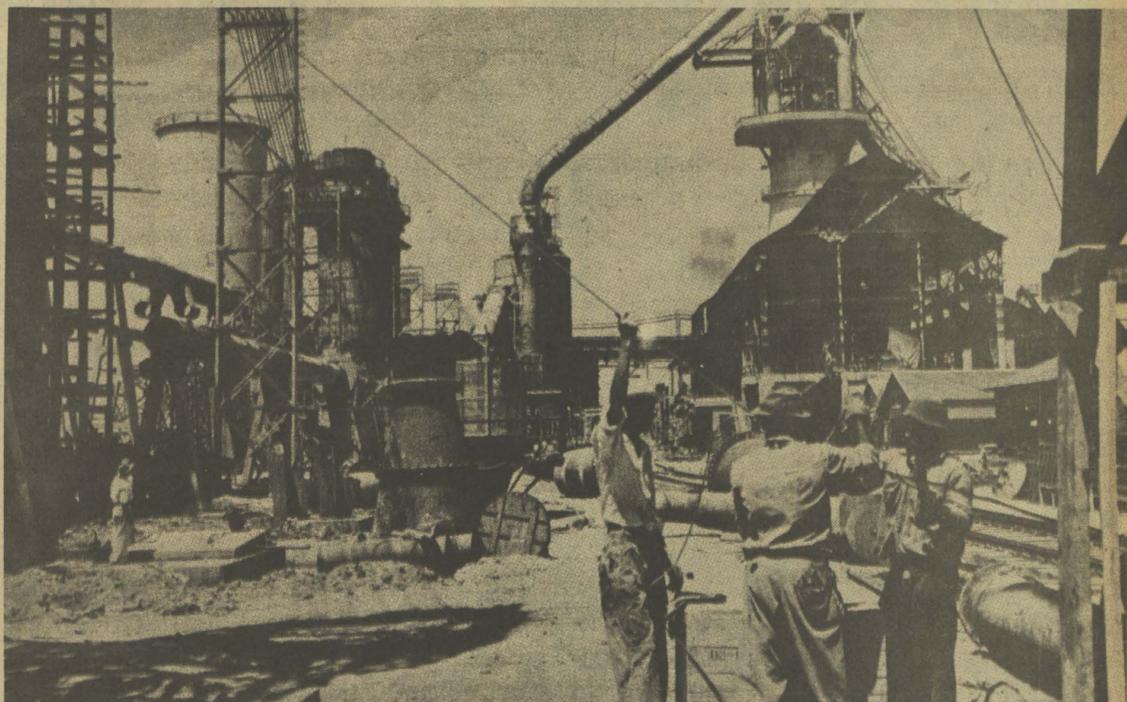
Somente com a criação de empresas nesses setores, capazes de realizar grandes investimentos e utilizar tecnologia avançada, foi possível superar o atraso econômico e impedir que o capital estrangeiro — sobretudo no país historicamente dependente como o nosso — dominasse toda a infraestrutura industrial, bem como a produção de insumos básicos, impondo o seu ritmo e os seus interesses alienígenas.

Assim, a indústria estatal surgiu e se desenvolveu como expressão de uma exigência nacional de desenvolvimento independente e seu processo de crescimento permitiu a implantação de importante parque produtivo, contribuindo como fator decisivo na condução da economia nacional com seus planos e objetivos. Desse modo, a exploração e o refino do petróleo brasileiro saíram do esquema de importação existente antes da criação da Petrobrás. Também a utilização dos fartos recursos hidrelétricos tornou realidade a produção de energia em vasta escala, libertando o país das peias impostas pelas empresas estrangeiras. Igualmente assim nasceu a siderurgia nacional.

“As estatais geraram e transferiram para o país importantíssima tecnologia, criando a oportunidade de desenvolvimento do parque industrial, da engenharia consultiva e dos centros de pesquisa e ensino”, segundo o superintendente do Instituto de Tecnologia Mauá, de São Paulo. A função dessas empresas estendeu-se à necessidade de fornecer maior eficiência à prestação de serviços públicos, antes sob a responsabilidade direta dos governos estaduais e municipais. Elas ainda contribuíram para a criação de empregos e promoção do desenvolvimento.

Atualmente, as empresas estatais respondem a nível nacional por 7% dos empregos (1.392.103 empregados) e 14% dos salários. As empresas industriais, mais as de serviço público, na esfera federal, totalizam 234 unidades que produzem bens e serviços, quase sempre de forma monopolista. Os bancos oficiais federais totalizam 14 instituições financeiras. Durante o regime militar as empresas estatais cresceram em número e se expandiram, sobretudo entre 1967 e 1978, mas distanciaram-se rapidamente dos objetivos anteriormente estabelecidos. A finalidade de empresas voltadas para a nossa realidade nacional e social foi sendo deixada de lado. Colocaram-nas a serviço de interesses do capital mono-

## Estatais na mira das múltiplas



Siderúrgica de Volta Redonda em construção (1941): crescem as estatais com o avanço da industrialização

polista nacional e das multinacionais. Em muitas prevaleceu o interesse pessoal ou de grupo. Aí praticaram uma política de jogos de influência, foram inchadas em tamanho e em pessoal.

“As empresas não eram submetidas a nenhum controle por parte do Congresso Nacional ou da sociedade, nelas prevalecendo também a irresponsabilidade, a ganância, o dolo, gerando escândalos escabrosos que o regime ditatorial escondeu da opinião pública”, informa o Caderno nº 1 da Associação de Dirigentes de Empresas Públicas, ADEP. Entretanto, o mal maior causado às estatais pelo regime militar está no desvio de suas finalidades específicas, baseadas no interesse nacional e social, a fim de utilizá-las na encampação ou sustentação de grupos empresariais privados falidos e aproveitar o seu prestígio e força na captação de recursos no exterior, de que quase sempre não necessitavam, com vistas à obtenção de divisas para o pagamento da dívida externa.

Os encargos financeiros agregados às empresas estatais pelos militares acumularam-se, e entre 1980 e 1983 já chegavam a um crescimento real de mais de 133%, considerando-se apenas as 20 maiores empresas.

Enquanto isso, também levandose em conta as 20 maiores estatais entre 1980 e 1983 as despesas acumuladas com pessoal e outros encargos sofriram uma queda de mais de 10% em termos reais. Ou seja, a relação entre as receitas e gastos com pessoal e encargos caiu cerca de 137%. Um trabalho do professor Rogério Werneck, da PUC-RJ, comprova um corte significativo de recursos oriundos do Tesouro e a redução substancial de meios advindos das operações de crédito do mercado interno ocorridos nesses anos.

Isso provocou um estrangulamento da capacidade dessas empresas no seu autofinanciamento, principalmente a partir de 1980. A conclusão é que a política do regime militar resultou num corte real de investimentos totais de 27% realizado pelos 20 maiores grupos estatais entre 1980 e 1983. Esta é uma demonstração de quanto ficaram exauridas as estatais em consequência do enorme volume da dívida externa e das taxas de juros crescentes impostas pelos credores internacionais, apesar da desesperada contenção de despesas a partir de 1980. Conforme a Secretaria de Controle de Empresas Estatais (SEST, criada em 1979), “hoje as 179 estatais produtivas têm ativos da ordem de Cz\$ 1 trilhão, sendo Cz\$ 300 bilhões de patrimônio líquido e Cz\$ 700 bilhões de endividamento”.

Os governos militares transformaram as empresas públicas em entidades a serviço dos monopólios brasileiros e das multinacionais. A energia elétrica é vendida a preços mais reduzidos para esses poderosos grupos; o valor do frete rodoviário e marítimo é mais baixo, assim como o preço do ferro e de alguns tipos de aço produzidos por nossas siderúrgicas. Extensa rede de infraestrutura foi montada para servi-los. As estatais foram atingidas em seus investimentos e debilitadas em sua auto-sustentação, favorecendo em maior grau a dependência externa. A Petrobrás, no tempo do governo Geisel, deixou de investir no setor essencial de pesquisa e prospecção, concentrando grandes somas na compra de petróleo. Assim, com a política econô-

mica da fase ditatorial, as empresas estatais desviaram-se dos seus objetivos nacionais e sociais. Hoje, a gritaria em torno da privatização funciona como complemento ao trabalho da ditadura militar, visando atrair-las completamente aos braços do capital estrangeiro.

Os prepostos do capital estrangeiro e dos monopólios nacionais a ele associados procuram aproveitar-se da situação herdada do regime militar para jogar sua cartada decisiva visando reduzir drasticamente o papel das estatais na economia nacional e facilitando, desse modo, maior e mais profunda dependência aos interesses daquele capital. É como quebrar os últimos redutos da míngua independência econômica do país.

## Campanha entreguista da grande imprensa

Disso decorrem duas tendências em luta: fortalecer as estatais, fazendo-as assumir com mais força seu verdadeiro papel na economia, criando condições materiais para a defesa da soberania; ou desestabilizar a economia, privatizando e reduzindo as estatais a uma área de atuação secundária e complementar, passando as mais produtivas ao controle do capital estrangeiro. Para esta última tendência, as estatais são o bode expiatório dos nossos graves problemas econômicos.

No governo Figueiredo a cantinela já era recitada, colocando essas empresas como o “bicho-papão do dinheiro brasileiro”, e medidas foram tomadas para restringir drasticamente seus orçamentos, demitir empregados etc. Desde então, tanto os porta-vozes do governo militar como os araucários da “livre iniciativa” vêm justificando a venda ou o fechamento puro e simples de várias empresas, enquanto economistas conservadores a serviço dessas forças recomendam limitar o número, a liberdade, o ímpeto e a dimensão das estatais. Ao mesmo tempo, numa campanha que se amplia, a grande imprensa (“Estado de S. Paulo”, “Folha de S. Paulo”, “O Globo”, “Jornal do Brasil” etc.) exhibe os “desmandos”, os “déficits” e os pretensos inconvenientes das empresas do Estado.

Também o governo Sarney vem defendendo a privatização total de parte das empresas estatais e a abertura de capitais, via mercado de valores, de todas as estatais “produtivas” (atualmente são 179). Em 28 de novembro de 1985 foi assinado o decreto nº 91.991 que enquadra no que chama de “Programa de Privatização” três tipos de empresas: 1) as empresas privadas que passaram para o controle do governo federal por motivos de inadimplência; 2) as criadas pelo poder público, mas que podem sair desse controle por existirem no setor privado firmas em condições de exercer as atividades que lhes são atribuídas; 3) as subsidiárias das empresas instituídas pelo poder público, “cuja existência não seja indispensável à execução dos objetivos essenciais da empresa controladora e imponem em injusta ou desnecessária competição com as empresas privadas nacionais”.

“Art.4º- Não será transferido o controle acionário de empresa: I) incumbida de atividades diretamente vinculadas à Segurança Nacional; II) submetida ao regime legal do monopólio estatal; III) responsável pela operacionalidade de infraestrutura econômica e social básica ou produtora de insumos de importância estratégica, cujo controle o Estado mantenha para viabilizar o desenvolvimento do setor privado, sem com ele competir”. Além disso o decreto estipula que na “hipótese de transferência do controle acionário”, os adquirentes terão que ser brasileiros residentes no país, ou empresas ou grupos de empresas sob controle nacional.

Ainda instituiu o “Conselho Interministerial de Privatização”, com a finalidade de enquadrar os processos de privatização estabelecidos nesse decreto. E define de imediato 16 empresas, com prazos fixados, inclusive, para que se possa fazer apresentação ao Conselho Interministerial de propostas relacionadas com sua privatização.

## Venda de ações não é solução patriótica

Quando à abertura de capitais das estatais “produtivas”, o governo federal lançou no mercado de valores ações da Petrobrás e da Companhia Vale do Rio Doce e, agora, de subsidiárias da Petrobrás. No momento, o governo discute a criação de holding financeiro que teria como objetivo primordial formar uma “caixa única” das estatais, uma espécie de “guarda-chuva do sistema estatal”. Ou seja, usaria o lucro de algumas empresas para financiar outras em dificuldades ou em fase de ampliação. Mas isso não seria suficiente para cobrir o déficit de Cz\$ 700 bilhões das estatais “produtivas”. Então a “solução” seria vender ações dessas empresas no mercado, onde até se pretende buscar maior ingresso de capitais estrangeiros, “revendo inclusive mecanismos de atração de investimentos estrangeiros no Brasil, via Bolsa de Valores”, segundo o titular da SEST, Antonino M. Trevisan.

Neste momento, o sr. Carlos Langoni, pessoa bastante relacionada com os credores internacionais, ex-presidente do Banco Central do governo Figueiredo, faz as vezes de intermediário entre a Secretaria de Planejamento do governo atual e os credores. O que ele procura negociar? Simplesmente a transformação da dívida das estatais (Cz\$ 700 bilhões) em ações preferenciais, “sem direito a voto”, que seriam repassadas como forma de pagamento aos credores estrangeiros, segundo Carlos Castelo Branco, no “Jornal do Brasil” de 25 de maio de 1986.

Tudo isso demonstra um quadro desfavorável ao surgimento das empresas estatais após o grande estrago provocado pelos governos militares. Ganha espaço em algumas áreas, até no âmbito de economistas considerados reformistas ou estruturalistas, a idéia de abrir os capitais dessas empresas aos investimentos privados e, o que é pior, principalmente aos investidores estrangeiros, desfigurando completamente a

função da empresa estatal, facilitando mais ainda, e profundamente, a dependência da nossa economia às multinacionais.

A resistência à crescente investida anti-estatizante e entreguista depende de ampla campanha de denúncia e da mobilização nacional. Essa corrente que procura mudar o caráter da empresa estatal, rebaixando o seu alcance para melhor servir ao capital estrangeiro, buscará institucionalizar seus intentos e as medidas já em andamento. Cabe a todos os democratas e patriotas responder ao desafio, lutando por recolocar a empresa do Estado em sua verdadeira função, ampliando seu papel na economia nacional, a fim de fazer frente ao avanço neocolonialista. Para isso situamos alguns princípios e idéias básicas que poderão ter força de lei:

## Princípios que devem constar da nova Carta

1. Manutenção e ampliação das empresas estatais em função do desenvolvimento econômico do país.
2. Consolidação e implementação de empresas estatais nas seguintes áreas: I- do desenvolvimento básico da economia nacional; II- na indústria moderna ou de ponta que exige grande soma de capitais e tecnologia avançada.
3. Direito de monopólio pelo poder público nos setores vitais da economia nacional, tais como as fontes de energia e os minerais estratégicos, com prévia aprovação do Congresso Nacional.
4. Manutenção do monopólio da União na pesquisa e exploração do petróleo e do gás no território nacional e na plataforma continental até 200 milhas da costa.
5. Criação de órgãos de pesquisa ligados às empresas estatais, para o desenvolvimento de uma tecnologia própria que responda aos problemas de nossa realidade nacional.
6. Administração das empresas estatais pela União e/ou pelos Estados, visamos fins econômico-sociais de interesse do povo brasileiro e da soberania nacional.
7. Integralização do capital da empresa estatal pela União. A participação da empresa pública no mercado de valores dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.
8. Proibição de qualquer forma de participação acionária na composição do capital das empresas estatais por parte de firmas ou investidores estrangeiros, garantindo-se assim o seu papel no desenvolvimento nacional independente.
9. Proibição de venda e liquidação do patrimônio ou de qualquer mudança na composição do capital das empresas públicas sem prévia aprovação do Congresso Nacional.
10. Controle da propriedade estatal pelo Congresso Nacional e pelas organizações dos trabalhadores.
11. Regulamentação da propriedade estatal por estatutos da empresa, os quais definirão a sua relação com o poder público, as formas de planejamento e controle e a organização de sua administração.
12. Representação e participação dos trabalhadores na direção das empresas estatais reguladas pelo seus estatutos (Renato Rebelo)

## DE OLHO NO LANCE

## Símbolo da ditadura

O ex-chefe da Agência Central do SNI, general Newton Cruz, foi escolhido como um dos candidatos a deputado federal constituinte pelo PDS do Estado do Rio de Janeiro. Para comprovar a sua absoluta falta de originalidade, o PDS escolheu também o cantor Agnaldo Timóteo para candidato a governador.

Além de seu anticomunismo raivoso, o que poderá apresentar o general Cruz como plataforma para a Constituinte? Será que vai defender abertamente a tortura? Poderá, quem sabe, pregar a eliminação física de adversários, como tudo indica mandou fazer com Alexandre Baumgarten? Fará a apologia do Estado de Emergência - que ele administrou furiosamente por duas vezes, durante a votação do decreto-lei 2.045 e da emenda das diretas-já?

De qualquer forma o lançamento de figuras como estas, tão caracterizadas como representantes do velho regime militar, servirão para ajudar o povo a valorizar a grande oposição destas eleições, entre as correntes que querem mudanças e os que pretendem conservar ao máximo os restos da ditadura militar. O general Cruz serve, neste sentido, como símbolo de tudo aquilo que precisa ser banido para sempre da vida nacional.

## Finalidade desvirtuada durante a ditadura

Atualmente, as empresas estatais respondem a nível nacional por 7% dos empregos (1.392.103 empregados) e 14% dos salários. As empresas industriais, mais as de serviço público, na esfera federal, totalizam 234 unidades que produzem bens e serviços, quase sempre de forma monopolista. Os bancos oficiais federais totalizam 14 instituições financeiras. Durante o regime militar as empresas estatais cresceram em número e se expandiram, sobretudo entre 1967 e 1978, mas distanciaram-se rapidamente dos objetivos anteriormente estabelecidos. A finalidade de empresas voltadas para a nossa realidade nacional e social foi sendo deixada de lado. Colocaram-nas a serviço de interesses do capital mono-

# Mulheres avaliam relação entre conselhos e entidades

A necessidade de acabar com as seqüelas do autoritarismo, não aceitando mais que os conselhos dos direitos da mulher sejam criados através de decretos-lei, foi posição unânime, em Brasília, no encontro promovido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher nos dias 28, 29 e 30 de julho.

O encontro reuniu representantes de quatro conselhos estaduais e sete municipais, que durante os três dias avaliaram suas experiências e debateram metas comuns para os diversos órgãos nos próximos anos.

Uma das questões mais polêmicas surgidas durante o encontro foi a relação entre os movimentos autônomos e os conselhos. Segundo Jô Moraes, do Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais, "é preciso entender os conselhos como órgãos de governo e não como articulação dos



Jô defende autonomia das entidades frente a conselhos

diversos movimentos de mulheres". Para Jô os movimentos devem continuar apoiando a criação dos conselhos "para assegurar seu conteúdo democrático", mas devem manter completa autonomia política e organizativa.

Muitas mulheres concordam com a posição de Jô Moraes. Algumas delas, vin-

das de grupos e entidades feministas, avaliaram que depois da criação dos conselhos houve uma certa desmobilização dos movimentos autônomos, atribuída ao atrelamento das entidades aos órgãos de governo. Outras correntes consideram, entretanto, que a relação entre os movimentos e os conselhos deve ser mais estreita, já que estes órgãos

devem ser criados "de baixo para cima". Jô reafirmou que a relação entre os movimentos e os conselhos não deve ser institucionalizada. Para ela "é urgente que os movimentos autônomos reforcem sua articulação unitária em todos os níveis".

No caso dos conselhos já criados por decreto-lei, as participantes defenderam que eles devem ser reavaliados pelo Congresso Nacional como forma de corrigir as distorções hoje existentes. Uma das principais debilidades dos conselhos, notadamente os estaduais, é a falta de autonomia orçamentária e quadro de pessoal. Neste particular, a presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Jaqueline Pitanguy, enfatizou que eles não podem estar atrelados a injunções políticas conjunturais. Segundo ela, é necessário institucionalizá-los, vinculando verbas, pessoal e compromissos para que eles possam se manter independentes das alterações políticas do aparelho do Estado. (da sucursal)



Foto: Ernesto Papa

Até as crianças ajudam a levantar as barricadas com troncos de árvores

## Barricadas no Centreville para evitar o despejo

Os moradores do conjunto habitacional Centreville, em Santo André, na grande São Paulo, continuam na sua batalha para evitar que seja colocada em prática a ação de despejo impetrada pela Construtora Nova Urbe. Numa prova de que não estão dispostos a abrir mão do seu direito à moradia, levantaram barricadas com troncos de árvores nas entradas do conjunto. À noite permanecem em constante vigília e diante de qualquer anormalidade as buzinas dos carros serão acionadas chamando o povo para resistência.

A Caixa Econômica Estadual concedeu financiamento à Construtora Nova Urbe - que foi à falência - e detém 90% da massa falida. Desde a ocupação do conjunto, há quatro anos, os moradores tentam negociar a compra das casas com a Caixa, infrutiferamente. Agora surge a perspectiva do governo estadual desapropriar a área e vendê-la diretamente aos moradores.

No dia 30 de julho o governador Franco Montoro manteve um encontro com a comissão de moradores do Centreville que estavam acompanhados dos deputados do PC do B Aurélio Peres e Benedito Cintra. Montoro se mostrou aberto a discutir melhor a idéia e proximamente será entregue a ele um abaixo-assinado com 20 mil assinaturas exigindo o direito dos moradores continuarem no Centreville.

O próprio BNH já se comprometeu a repassar recursos financeiros à Secretaria de Habitação do Estado para a desapropriação do conjunto. Marcos Rogério de Paula, advogado dos moradores, acha pouco provável a execução da ordem de reintegração de posse. Ele é de opinião que "o custo social seria muito grande e certamente traria enormes reflexos políticos para o governo do Estado". Se realmente houver a ordem de despejo o Centreville "se transformaria numa praça de guerra, porque os moradores vão resistir", diz ele.

## Governador do Amazonas ameaça chamar o Exército contra a PM

Os cabos e soldados da Polícia Militar do Amazonas marcaram para dia 4 de agosto uma greve que já está mexendo com os nervos do governador Gilberto Mestrinho. "Se a greve ocorrer - afirmou Mestrinho - eu tenho um plano: recorrer ao Exército para assumir o trabalho dos grevistas. Não admito insubordinação, até porque sou comandante em chefe da PM."

Por sua vez, os membros do comando de greve declararam à TO: "Não vamos recuar, pois o nosso salário é de miséria". São 3 mil soldados e mil cabos, que reivindicam aumento de 100% para ambos os casos, pagamento de risco de vida, melhorias no Hospital Militar, cancelamento do desconto de alimentação e o fim da cobrança do caixa, descontado na folha mesmo quando um PM morre em serviço. O movimento paredista conta com apoio de boa parte dos sargentos, que também recebem um salário irrisório, da CGT, CUT, Sindicato dos Metalúrgicos e outras entidades.

Atualmente um soldado PM recebe líquido Cz\$ 1.256; um cabo ganha Cz\$ 1.950. Não dá nem para comprar

comida para os filhos - denuncia um soldado. Todos os soldados e cabos estão pela greve: "Mesmo sem tradição de lutas estamos certos de que sairemos vitoriosos", afirma o comando.

### DEPUTADO APÓIA

O deputado estadual João Pedro, candidato à Constituinte pelo PSB, manifestou à TO total apoio aos soldados e cabos: "A greve - disse - é mais do que justa. Cz\$ 1.300 não valem nada. Só Mestrinho, ao invés de atender aos cabos e soldados, ameaça puni-los, como já fez com estudantes, professores e posseiros".

Também o PC do B, através de seu presidente regional, Eron Bezerra, solidarizou-se com o movimento, considerando-o "uma demonstração do desespero dos homens e mulheres que compõem aquela corporação". E afirma: "Os donos da polícia dizem que se houver quebra da hierarquia haverá punições, numa tentativa de intimidar os soldados e cabos. Não há hierarquia suficientemente forte, porém, para obrigar alguém a morrer de fome. Soldados e cabos, contem conosco". (da sucursal)

## Hospital Matarazzo reabre as portas para a população

No dia 30 de julho o ex-Hospital Matarazzo, hoje Umberto I, foi reaberto para atendimento ao público e tombado pelo Patrimônio Histórico. Estiveram presentes ao ato o governador Franco Montoro, secretários do governo, parlamentares, representantes do PMDB e do PC do B, sindicalistas, funcionários do hospital e populares.

Foi uma festa que coroou os seis meses de luta dos funcionários para impedir que interesses econômicos prevalecessem sobre os direitos dos trabalhadores e a saúde do povo.

Neste longo período os funcionários, com apoio da população, da imprensa, de sindicalistas, parlamentares e partidos políticos, utilizaram as mais diversas formas de resistência para impedir o fechamento e a retirada de móveis e equipamentos do estabelecimento como acampamento, passeatas no centro da cidade, manifestações em frente à casa da ex-superintendente do hospital, Maria Pia Matarazzo. A unidade de luta foi a marca da resistência.

A fim de defender a manutenção do



O hospital reabriu e retomou seu nome: Umberto I

hospital as manifestações levavam faixas e cartazes contra a corrupção que levou o diretor à prisão por roubo contra o INPS e tentativa de vender o imóvel.

O líder da Comissão de Funcionários, Juracir, declarou que nestes seis meses de luta "sentimos o gosto da liberdade pois nunca fomos molestados pela polícia, o que nos encorajou a ir às autoridades competentes para solucionar o problema do hospital. Conseguimos ainda democratizá-lo, afastando a antiga direção. Também contamos com o apoio de amplos setores. As vitórias conquistadas nos ajudam a preparar um atendimento melhor aos pacientes" - concluiu.

(Aldo Rebelo e Jamil Murad)



Trabalhadores da cidade e do campo participaram do encontro, convocado pela CGT e CEEF

## Operárias debatem Constituinte

Realizou-se no dia 27, no Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, o Encontro Estadual das Mulheres Trabalhadoras pela Constituinte. Cerca de 300 mulheres, representando sindicatos urbanos e rurais, participaram dos debates que foram promovidos pelo Conselho Estadual da Condição Feminina e pela Central Geral dos Trabalhadores.

No encontro 35 sindicatos e duas federações (dos trabalhadores rurais e têxteis) estiveram representados. Entre os sindicatos cinco eram de trabalhadores rurais (de Ribeirão Preto, Serrana, Santa Rosa do Viterbo, Pitangueira e Barrinha). Alguns deles, como o de Pitangueira, fizeram encontros preparatórios para trazer propostas discutidas com a base do sindicato e da categoria (veja TO nº 275).

Entre os sindicatos de trabalhadores urbanos a mobilização foi maior entre os

têxteis, metalúrgicos, eletricitários, dos brinquedos e da purificação da capital, vestuário de Birigüi e metalúrgicos de Santos.

O ato de abertura contou com a participação do presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade; do presidente do Sindicato dos Eletricitários, Magri; da presidenta do Conselho Estadual da Condição Feminina, Zuleika Alambert; da representante da Comissão Sindical do Conselho, Maria de Lourdes Teixeira; do presidente da CGT estadual, Osvaldo Ribeiro; da dire-

tora do Sindicato dos Telefônicos de SP e membro da CGT nacional, Gonçalves; da secretária de Assuntos da Mulher da CGT-SP, Elizabeth Tortolano.

A secretária do Trabalho, Alda Marco Antônio, comoveu os presentes e foi aplaudida de pé ao denunciar a violência da polícia em Leme e dizer que coloca seu cargo a serviço dos interesses dos trabalhadores.

### POLÍTICA EM DEBATE

As participantes do encontro compreenderam que, para resolver o problema da discriminação da mulher, é preciso que elas discutam e participem da vida política. Todos os grupos formados no período da tarde para debater as propostas das trabalhadoras

para a Constituinte discutiram, além das questões específicas da mulher, temas abordados na Comissão Provisória de Estudos Constitucionais e que começam a chegar ao povo, como a questão do tipo de governo, o papel das Forças Armadas, a existência do Senado.

Ao final, foi aprovada por ampla maioria a suspensão do pagamento da dívida externa, a proposta de extinção do Senado e a adoção do governo de co-responsabilidade, onde o presidente necessita do apoio da Câmara para governar.

Foi aceita com entusiasmo a proposta de um abaixo-assinado a nível nacional, que reúna milhões de assinaturas em defesa do congelamento dos preços e pela imediata punição dos sonegadores.

## Prefeito de Cubatão leva adolescente à morte

A população de Cubatão - um dos mais sofridos municípios de São Paulo - está vivendo problemas agravados de moradia com a política do prefeito malu-

fista Oswaldo Passarelli. Inconformado com a iniciativa de populares que, por não terem onde morar, construíram barracos em certas áreas, quase todas beirando o mangue, Passarelli iniciou uma ação de despejo, com auxílio da polícia, visando derrubar os barracos. Vários dos atingidos pela medida são ainda vítimas da tragédia de Vila Socó (Vila São José), incendiada devido a um vazamento nos tubos da Petrobrás.

Entre eles está o sr. Joaquim Clemente da Silva, morador do Caminho 2, nº 1.363, chefe de família numerosa. No último dia 15 ele recebeu a visita de um engenheiro da Prefeitura, de nome Pedro, acompanhado

por vários policiais e trazendo uma ação de desapropriação. Preocupado por não ter onde abrigar a família, Joaquim Clemente tentou sensibilizar o funcionário, mas sem sucesso. A ordem do prefeito era para que, caso houvesse resistência, os policiais derrubassem o barraco até por cima de seus moradores. Assim, a família teve que sair de casa para não morrer e o sr. Joaquim assinou a ordem de desapropriação.

No dia seguinte estavam sem ter onde morar, atirados na rua, juntamente com outras famílias. Foi quando Adelina da Silva, filha de Joaquim, com apenas 17 anos e já trabalhando para ajudar a família, desespe-

rou-se e pôs fim à vida com uma dose de Cumarina.

### "PREFEITO ASSASSINO"

O suicídio detonou a revolta da população, principalmente os vizinhos. "Prefeito assassino!" - gritavam alguns. "Ele nos colocou fora de casa como se fôssemos marginais" - comentou um deles. Agenor Belisário, pai de sete filhos e com uma nora grávida, todos vítimas da desapropriação, obrigado a dormir debaixo de um viaduto.

Apesar dos protestos o prefeito de Cubatão continua a despejar famílias inteiras, com ajuda da polícia, deixando-as ao relento. (da sucursal)



Adelina tomou veneno

# Metalúrgicos querem anular eleição no sindicato em Niterói

As eleições para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói, realizadas nos dias 15 e 16 de julho, deverão ser anuladas. A chapa 1, encabeçada pelo tesoureiro da CUT nacional, Abdias dos Santos, não obteve o número de votos exigidos por lei, mas mesmo assim o procurador Vitor Branquinho proclamou sua vitória. Vários associados do sindicato entraram com recurso pedindo a anulação do pleito.

O resultado do primeiro escrutínio das eleições em Niterói não correspondeu às previsões feitas pela chapa 2. A chapa 1 obteve 1.274 votos contra 1.014 da chapa 2. A grande "zebra" ficou por conta do resultado no próprio Estaleiro Mauá, base da chapa 2 e que esperava obter cerca de 60% dos votos nesta empresa. Mas a chapa 1 obteve ali 54% dos votos. Como o estaleiro concentra 60% dos votantes (1.400 de 2.300), o resultado geral da eleição se definiu nesta empresa.

O processo eleitoral, no entanto, foi marcado por uma série de irregularidades. Várias centenas de trabalhadores foram impedidos de votar pela atual diretoria do sindicato. Outra irregularidade se deu na publicação do edital de convocação das eleições, que não incluía a marcação do segundo e terceiro escrutínios. Para confirmar a vitória de qualquer chapa no primeiro escrutínio, segundo a lei, esta chapa teria que alcançar a maioria do colégio eleitoral, ou seja, obter mais de 1.556 votos. Apesar de ter ficado longe disto, o procurador — articulado com a chapa de Abdias — decidiu proclamar a vitória da chapa 1.

Por tudo isto, cinco associados, entre os trabalhadores sindicalizados que foram impedidos de votar, entram com recurso pedindo a anulação do pleito. A perspectiva de anulação da eleição foi reforçada ainda pela rejeição da prestação e contas de Abdias para 1985 em assembléia realizada no último dia 25. O tesoureiro nacional da CUT não conseguiu dar conta de centenas de milhares de cruzados que teriam entrado no sindicato por ocasião do acordo secreto do pré-julgado, firmado entre Abdias e a direção do Estaleiro Mauá.

Abdias alega que o dinheiro foi utilizado para pagar os peritos e os advogados do processo. Mas os próprios termos do acordo asseguram que a própria empresa pagou os peritos. Quanto aos advogados, a grande pergunta feita pelos trabalhadores é: Por que não foram acionados os próprios advogados do sindicato para tratar do assunto? (da sucursal)

## Erros que chapa 2 não quer repetir

A grande surpresa desta eleição ficou por conta da derrota da chapa 2, por cem votos, no Estaleiro Mauá. Uma avaliação inicial aponta para alguns fatores que prejudicaram o seu desempenho. Um problema foi a dificuldade encontrada para montar uma chapa aglutinando todos os setores de oposição ao Abdias. Por um lado houve a vacilação de componentes da própria comissão do Mauá. De outro a intransigência dos setores vinculados à CUT, dissidentes da diretoria do Abdias, que procuraram de todas as formas inviabilizar a composição com sindicalistas vinculados à CGT.

Outro fator que acabou prejudicando o desempenho da chapa 2 foi uma superestimação do grau de desgaste sofrido pelo Abdias em função da sua condução equivocada na greve da categoria este ano e do vergonhoso acordo do pré-julgado com a direção do Estaleiro Mauá. O que se verificou depois é que o desgaste em relação ao acordo pré-julgado foi de fato intenso para os trabalhadores diretamente atingidos, a maioria composta de aposentados do Mauá. Assim na urna dos aposentados a chapa 2 recebeu cerca de 75% dos votos. Mas para os demais trabalhadores daquela empresa essa questão acabou ficando meio confusa.

Como consequência da superestimação deste desgaste, a chapa 2 desenvolveu uma campanha centrada na denúncia do tesoureiro nacional da CUT e não na afirmação das suas próprias propostas de trabalho. A chapa acabou se concentrando na atividade de agitação, desprezando o trabalho de caça aos votos. Um exemplo disto é que entre os aposentados, setor fracamente favorável à chapa 2, votaram apenas 180 dos mais de 400 trabalhadores.

### ANTICOMUNISMO

Também desempenhou um certo papel na eleição a campanha anticomunista desenvolvida a favor da chapa 1. Pastores da Igreja chegaram a realizar reuniões no interior do próprio Estaleiro Mauá apelando aos trabalhadores para não votar na chapa 2 por se tratar de uma chapa de "comunistas". Em nenhum momento a chapa respondeu a estas acusações, afirmando seu caráter apertadário e ao mesmo tempo aberto ao apoio de todos, inclusive dos comunistas.

Para os integrantes da chapa 2 será possível reverter a diferença de 260 votos num novo processo eleitoral, desde que se corrija os erros registrados acima.



O congresso foi a maior mobilização dos professores desde a greve de 48 dias no ano passado (foto)

# Professores baianos fazem um congresso histórico

Mais de 3 mil pessoas participaram do I Congresso Estadual dos Professores, entre 23 e 25 de julho, no grande auditório do Colégio Icécia, em Salvador. O encontro representou um marco na história da categoria. Apesar da Associação dos Professores Licenciados da Bahia (APLB) ter 34 anos de existência, este foi seu primeiro congresso estadual.

Segundo a presidenta da APLB, Maria José Rocha, a Zezé, este congresso delimitou duas fases distintas da categoria: a de desmobilização, do aparente desinteresse dos professores pelas questões educacionais e de seus direitos; e a fase da mobilização, de luta e da esperança. Em três dias os professores discutiram o tema do congresso "Educação e Mudança", subdividido nos subtemas "Educação e Política", incluindo as questões da Constituinte, "Educação na Bahia", "Educação e Sindicalismo" e "Organização dos professores na Bahia".

### DADOS ALARMANTES

Participaram do debate professores de quase 100 municípios das mais distantes regiões do Estado. O congresso aconteceu num clima de muita unidade, apesar das tentativas infrutíferas dos setores divisionistas. Na questão mais polêmica — com relação às centrais sindicais — foi encontrada a solução mais unitária para o momento. Maria José Rocha retirou a proposta de filiação da APLB à CGT — embora contasse com a preferência de 50% dos grupos — refletindo as aspirações dos professores de aprofundar a discussão sobre o assunto.

O congresso aprofundou a consciência do professorado, pois além da análise das questões específicas da educação, vinculou-as com as decisões políticas. Debateu a falta de salas de aula, mas também a falta de verbas para a educação, não garantida pelas constituições em vários momentos históricos.

No encontro foram levantados dados não apenas sobre o aspecto funcional do magistério, mas, principalmente, referentes à situação das escolas e a qualidade de ensino ministrado. Se chegou a um quadro alarmante do abandono da educação na Bahia.

Um dos problemas mais graves é a falta de vagas nas escolas públicas. Há cidades do interior em que nos últimos 20 anos não foi construída nenhuma sala de aula de nível I. Isso explica o alto índice de analfabetismo no Estado (50% da população, um dos maiores do país). Há também um grande número de escolas multiseriadas — com alunos de 1ª a 4ª série na mesma sala de aula.

### PROFESSORES LEIGOS

Os professores exigiram o fim desta anormalidade, que compromete a aprendizagem do aluno e faz crescer as dificuldades para o professor.

Outra questão muito séria é a falta de habilitação da maioria dos professores nos municípios baianos: 70% são leigos. Os baixos salários e a situação de precariedade das instalações escolares aumenta o caos.

O congresso mostrou dados oficiais acusando a existência de 1,5 milhão de crianças e jovens fora do sistema escolar de ensino. E mesmo os que conseguem ter acesso acabam saindo da escola por falta de fardamento, material didático, baixo aproveitamento e até mesmo pela falta de especialização do professor.

Os professores baianos chegaram à conclusão que a educação está assentada numa estrutura autoritária, baseada no clientelismo. Os diretores de escolas e superintendentes regionais são escolhidos por favorecimento político. Isso resulta em direções "capatazes" que tratam os professores como subalternos. Os que participam dos movimentos da categoria são perseguidos.

Para resolver estes problemas os professores querem que a educação seja uma das principais prioridades do Estado. Defendem a valorização do professor, incluindo o estabelecimento de piso de três mínimos, inicial; criação imediata de um plano de carreira e a adoção de uma política de reciclagem permanente e de aperfeiçoamento. Também foram propostas várias medidas visando a democratização da escola.

(da sucursal)

# Bancários baianos rechaçam a CUT

O Sindicato dos Bancários da Bahia rechaçou, em assembléia dia 23 de julho, a proposta de participação na CUT e se filiou à CGT. A assembléia, amplamente convocada, atendia a um abaixo-assinado de 50 pessoas que pretendiam a eleição de delegados para o congresso da CUT. Tinha dois itens de pauta: 1 - Decidir sobre a filiação do sindicato à CGT; 2 - Decidir sobre o envio de delegados ao congresso cutista. A trajetória de lutas da direção do sindicato influenciou a votação.

Desde que perderam a eleição para a diretoria da entidade, os cutistas passaram a desenvolver uma atividade paralela, distribuindo boletins ligados à CUT e ignorando o boletim dos próprios bancários.

Mas a diretoria sindical está a todo o momento organizando a categoria para a luta. No ano passado realizou o maior e mais representativo encontro de bancários de todos os anos. Inúmeros protestos e mobilizações em defesa da categoria foram organizados. Piquetes impediram o trabalho de bancários aos sábados — que vinha sendo imposto pelos banqueiros.

# A 1ª eleição no STR de Presidente Venceslau

No dia 10 de agosto serão realizadas eleições no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Venceslau, no Oeste paulista. É a primeira eleição da entidade, fundada em 21 de julho do ano passado. Concorrem três chapas: a 1, encabeçada pelo atual presidente, Cláudio Salles (que passou para o lado dos patrões pouco depois da fundação da entidade); a 2, União e Luta, composta pela maioria da atual diretoria que forma o núcleo que levou à fundação do sindicato; e a 3, for-

Depois do pacote econômico, inúmeras greves eclodiram sob a direção do sindicato, para fazer barrar as demissões — a paralisação no Banco Mercantil de São Paulo, em Salvador, durou 12 dias. À frente dessas atividades sempre estavam sindicalistas que apoiam a CGT. E foi esse exemplo de luta o decisivo na votação do dia 23.

### CONGRESSO NO RIO

A CUT convocou para o Rio de Janeiro o seu congresso nacional, com ajuda financeira do governo de Leonel Brizola, do PDT. E a própria direção da central divisionista confessa que Brizola, "como oposição ao governo federal, entendeu por bem dar apoio à CUT"...



Sindicato organiza a categoria para a luta, como na greve de setembro último



Valmir, da Comissão de Fábrica, fala aos trabalhadores da Mafersa na assembléia

# Mafersa pára 100% na unidade de São Paulo

Terça-feira, dia 28, os operários da Mafersa em São Paulo, decidiram: vamos parar! A decisão foi tomada em assembléia na porta da fábrica, com a presença do sindicato dos metalúrgicos.

A decisão não foi precipitada. O descontentamento com os baixos salários vinha crescendo há muito tempo na empresa. Captando o sentimento dos trabalhadores, a comissão de fábrica resolveu ouvir as queixas em cada setor e, sintetizando a decisão da ampla maioria, detendo a realização de um dia de greve em advertência ao governo.

No dia seguinte, a paralisação foi de 100% na unidade de São Paulo, incluindo o escritório. E até mesmo setores significativos da Administração Central, que controla as unidades da capital, de Caçapava e de Contagem resolveram aderir ao movimento, como a engenharia e o setor financeiro.

Segundo os membros da comissão de fábrica, a greve foi só de um dia porque representa uma forma de pressão. Afinal,

como afirma Valmir, "é complicado fazer greve numa estatal. Quem compra o que produzimos é o nosso próprio patrão, ou seja, o governo. Mas queremos ser ouvidos, pois queremos equiparação salarial com empresas do mesmo porte". Os operários e funcionários também protestam contra as novas exigências que estão sendo feitas para quem quer continuar no cargo ou ser promovido.

A greve deu resultado. No dia seguinte foram abertas as negociações entre representantes da empresa, a comissão de fábrica e o sindicato.

Valmir afirma que "mesmo que os resultados da negociação demorem, como é de praxe com a burocracia nas estatais, conseguimos, junto com o sindicato, abrir uma canal de negociação. E isso em si já é uma conquista dos 1.300 trabalhadores desta unidade". Os grevistas contaram com o apoio do deputado federal Aurélio Peres (PC do B-SP), que lembrou a importância de defender a Mafersa da privatização.



Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

# Metalúrgicos da Borlem param 16 dias por aumento



Como os operários da Borlem S. A. Empreendimentos Industriais estavam muito descontentes com seus salários, a empresa resolveu se antecipar a alguma mobilização propondo: aumento de 5% para o pessoal da produção; 10% para ferramentaria e 15% para os chefes e encarregados. Um chefe de seção defendeu a proposta, considerando justo que o pessoal da produção recebesse aumento menor "já que tinham menor instrução" e eram "uns burros".

Os operários resolveram fazer uma assembléia no dia 14 de julho para discutir a proposta da empresa e a atitude do chefe da seção. O comparecimento foi massivo: 70% dos 2.500 trabalhadores. E por unanimidade foi decidido que a fábrica entraria em greve. Os trabalhadores reivindicavam 23% de aumento para todos, estabilidade no emprego e comissão de fábrica.

Diante disso a empresa fez uma contra-proposta: aumento diferenciado de acordo com a faixa salarial; garantia de emprego por 90

dias; desconto dos dias baridos. E adotou represálias demitindo 114 operários além de chamar a polícia para ocupar a fábrica e intimidar os trabalhadores.

No dia 29 foi realizada nova assembléia e votada a contra-proposta da empresa. De um total de 1.127 funcionários, 957 votaram a favor de encerrar a greve.

Todos voltam de cabeça erguida, com mais disposição de luta: foi uma vitória enorme paralisar a empresa por 16 dias, o que não ocorria há mais de 20 anos. As relações entre chefes e empregados também não serão mais as mesmas: os gravatinhas terão mais respeito pelo pessoal que dá o seu sangue por uma miséria de salário, enriquecendo o patrão. A batalha só está começando. Temos pela frente a campanha salarial de novembro onde esperamos uma unificação dos sindicatos dos metalúrgicos de Guarulhos, São Paulo e Osasco para conseguirmos uma grande vitória. (Funcionário da Borlem - Guarulhos, São Paulo)

Nossa seção recebeu neste número algumas cartas de operários que dão uma idéia da mobilização da classe em torno de seus direitos. Em Guarulhos, metalúrgicos da Borlem ficaram paralisados durante 16 dias por aumento salarial e outras reivindicações. Na Bahia, o Sinditêxtil luta para fazer valer seu direito adquirido de representar os operários de empresas de fios sintéticos.

As duas cartas deixam bem claro que o operariado está longe de defender o descongelamento dos preços. Exige, apenas, que suas reivindicações, tanto salariais quanto organizativas (como comissão de fábrica) ou de representação, como na Bahia, sejam respeitadas pelo patronato. (Olivia Rangel)



fala o POVO

## Sinditêxtil enfrenta complô

Os trabalhadores das empresas têxteis Sisalana e Atella Azurra, no Centro Industrial de Aratu, estão com suas atividades paralisadas desde o dia 24 de julho, pelo atendimento das seguintes reivindicações: substituição do pó da china por um produto não tóxico; pagamento de adicionais de periculosidade e insalubridade; redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução dos salários; fornecimento de equipamentos de proteção individual; pagamento dos dias parados e não inclusão aos grevistas.

Até o momento os patrões se negam a atender às reivindicações dos grevistas, alegando que o Sinditêxtil não representa os funcionários. Esta afirmação não tem amparo legal, uma vez que a partir de 30 de abril último a Comissão de Enquadramento Sindical deferiu o pedido de extensão da categoria feito pelo sindicato. Esta resolução permite que o Sinditêxtil represente todas as categorias econômicas do 6º Grupo da Confederação Nacional das Indústrias, que abrange as produtoras de fibras sintéticas e artificiais, como é o caso da Sisalana e da Atella Azurra.

Infelizmente a Delegacia Regional do Trabalho também está colocando em dúvida a representação do Sinditêxtil. O delegado regional do Trabalho afirmou em reunião com a diretoria do sindicato que não tinha competência para se posicionar quanto ao enquadramento e

afirmou que iria enviar processo a Brasília. Estranhamos o comportamento da DRT, inclusive porque ela está de posse de uma grande quantidade de amostras de cordas e fios de sisal e polipropileno fabricadas nestas empresas, enviadas pelo sindicato para fins de instrução do processo como provas da legitimidade de sua representação.

Tendo em vista que já existe uma resolução de enquadramento deferida pela Comissão de Enquadramento Sindical, os trabalhadores esperam que o Ministério do Trabalho ratifique esta posição.

Os trabalhadores decidiram buscar apoio do candidato ao governo do Estado, Waldir Pires, dos partidos políticos,

entidades democráticas etc. Também está sendo encaminhada à Associação Baiana de Medicina uma relação dos nomes de trabalhadores que serão submetidos a exames para verificação de contaminação pelo fenol e pentaclorofenato.

(Maria Elizete de Souza - diretora do Sinditêxtil - Camaçari, Bahia)



## Malufista ataca comunistas em SP

No dia 20 de julho o responsável por uma das bancas que o PC do B inaugurou em São Paulo para divulgar suas idéias estava conversando com algumas pessoas que demonstravam simpatia pelo partido. Nisso apareceu um homem dizendo-se comunista, falando aos berros, chamando a atenção de quem transitava por ali.

Ele começou a defender idéias absurdas. Dizia, por exemplo, que os nordestinos deviam ser exterminados, pois eram a causa do atraso no país. Defendia o mesmo destino para os que acreditavam em Deus, pois não passavam de "analfabetos", assim como quem era "do candomblé".

O responsável pelas bancas comunistas refutou essas idéias absurdas e como as pessoas, em sua maioria, concordavam com as propostas do nosso camarada, o sujeito começou a ficar nervoso. Continuou a berrar e a socar a mesa da banca, fazendo barulho e constringendo todo mundo. Quando o pessoal começou a criticá-lo ele ofendeu a todos.

Sábado, dia 26, o homem reapareceu. Repetiu-se o ritual. Dizendo-se comunista ele insistia em atacar o PC do B. Estavam presentes desta segunda vez um antigo simpatizante do

partido, dois militantes, o responsável pela banca e o senhor que se filiava naquela hora.

Perguntado sobre quem era seu candidato para o governo de São Paulo, o sujeito perdeu o rebolado e entregou a rapadura: gaguejou, diminuiu o tom de voz e defendeu o famigerado Maluf. Conversa vai, conversa vem, alguém perguntou onde ele trabalhava. Ele apresentou uma carteirinha funcional da Shain Curi que, segundo acabou confessando, pertencia ao candidato do PDS.

Pouco depois apareceu outro homem, recebido com abraços e tapinhas nas costas pelo primeiro. O responsável pela banca ouviu um sujeito afirmando ao outro: "Esses comunistas estão abusando. Vamos acabar com eles".

Os provocadores são pagos para isso. Nosso partido, que teve seus membros cassados e mortos como animais durante a ditadura militar, repudia a perseguição que prossegue na Nova República, à margem da lei e das conquistas democráticas. Conclamamos as pessoas progressistas e democratas a cerrar fileiras numa ampla frente democrática contra a Direita que se rearticula. (Comunistas da capital - SP)

## Malaquias está com Lúcio Monteiro

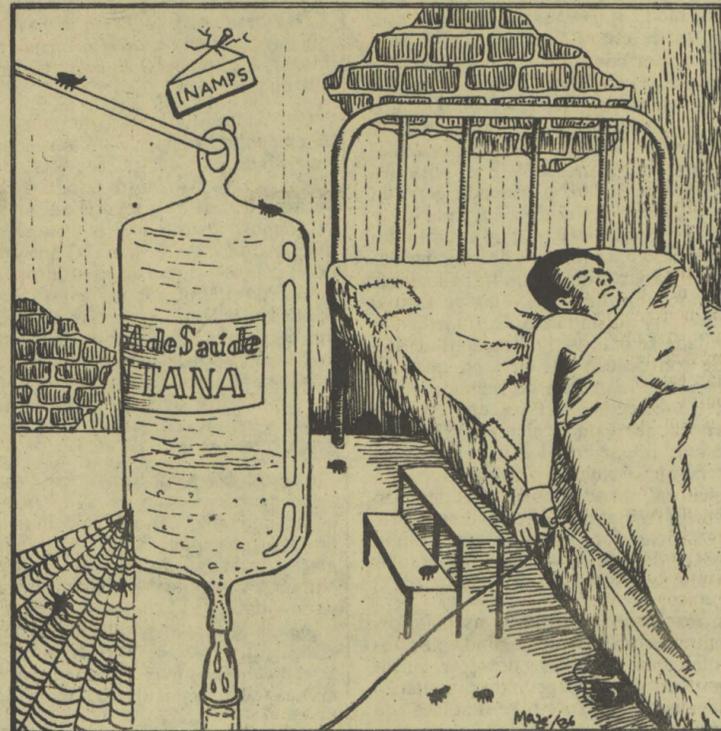
Sou presidente da Associação dos Moradores do Bairro do Malaquias, na cidade do Cabo, há dois anos. No meu entender, o papel da entidade é defender os direitos da população e organizá-la para lutar por melhorias para o bairro. Tem sido esta minha luta, juntamente com meus companheiros de diretoria.

As eleições estão cada vez mais próximas. Qual o papel da Associação? Acredito que não é o de servir de instrumento de candidatos ou partidos, sejam quais forem. Por isso mesmo, promovemos um debate com os quatro candidatos a deputado estadual: três pelo PMDB e um pelo PDT. Fizemos uma ampla convocatória, dizendo aos moradores que nosso interesse era trazer todos eles para que o povo pudesse conhecê-los.

Entretanto, apenas o candidato Lúcio Monteiro compareceu. O candidato Eronides Soares, apoiado pelo prefeito, não veio e mandou dizer que enquanto não fosse realizada a convenção do PMDB não interessava a nenhuma associação realizar debates.

Mesmo assim não desistimos. E os moradores compareceram. Lúcio, que já é um velho conhecido do bairro, declarou que seu compromisso é a luta em defesa do povo e que sua plataforma é terra, trabalho, liberdade e a soberania de nossa pátria.

Estavam presentes ainda três presidentes de associações de moradores de bairros vizinhos, da União da Juventude Socialista, do PDT (o candidato não compareceu), do PC do B e da Associação dos Servidores do Cabo. Mais de 50 pessoas aplaudiram Lúcio Monteiro e se comprometeram a ajudar em sua campanha. Isso porque os outros candidatos não compareceram nem mandaram avisar. Quatro pessoas decidiram criar comitês em suas casas. Várias reuniões foram marcadas. A certeza do povo de Malaquias é de que Lúcio será o nosso representante na Assembléia e continuará ao nosso lado. Acreditamos nisso porque ele já provou seu compromisso com a luta. (Rui Francisco da Silva - presidente da Associação dos Moradores do Bairro de Malaquias - Cabo-Pernambuco)



## Casa de Saúde só tem mesmo é boa fachada

A Casa de Saúde Santana tem uma bela fachada, mas não passa disso. Os problemas começam com o tratamento que os enfermeiros, médicos e assistentes sociais dispensam ao paciente. A única exceção é o sr. Siqueira.

A comida é péssima, nem cachorro ou porco se disporia a comer. A falta de higiene é total. Baratas, pulgas, percevejos passeiam por todos os cantos.

Comenta-se que para cada paciente cadastrado aqui são abertas várias fichas de Inamps. Considero impor-

tante procurar o Inamps na avenida 9 de Julho, que é o órgão fiscalizador dos hospitais, para que se faça uma vistoria aqui na Casa de Saúde, principalmente na hora do almoço, das 11 às 13 horas.

A "triagem" dos pacientes também é uma verdadeira câmara de tortura que lembra os campos de concentração de Hitler. Estou em repouso lado a lado com toxicômanos, alcoólatras e neuróticos. Sinto que isso é prejudicial para mim. Cartas e telefonemas são censurados, isso quando transmitidos. (Ferrugem - São Paulo, SP)

## Moradores do 1º de Maio não apóiam demagogos

A associação do Bairro 1º de Maio, na Zona Leste de Belo Horizonte, desencadeou um processo de reivindicações aos órgãos públicos visando conseguir melhores condições de vida para os moradores.

É do conhecimento de todos que o 1º de Maio foi sempre esquecido pelos órgãos públicos, a exemplo do que ocorre com outros bairros da periferia desta cidade. Em época de eleições os políticos chegavam distribuindo tapinhas nas costas e prometendo esgoto, água, transporte, asfalto, calçamento, limpeza urbana, segurança, escolas e creches. Mas tudo não passou de promessas.

A partir de 1984, com a eleição da nova diretoria da associação, iniciou-se uma verdadeira peregrinação aos órgãos públicos, cobrando repostas e reivindicações. Agora, depois da implantação das administrações regionais, quando através desta entidade conquistamos calçamento para

algumas ruas do bairro, aparecem os demagogos como o deputado federal Wilson Vaz e o vereador Moacir Gaspar distribuindo panfletos afirmando que esta conquista foi devida à intervenção dos mesmos junto à Sidecap (órgão responsável pelas obras da cidade).

Este é mais um cambalacho dos que desconhecem a mobilização e organização dos moradores através de sua entidade, que é a associação comunitária.

Já que este é um ano de eleições, mais políticos aparecerão usando as mesmas artimanhas. A Associação Comunitária do Bairro 1º de Maio vem denunciando a atitude demagógica destes políticos. E estamos programando debates e palestras para orientar os moradores da comunidade a escolher seus representantes na Constituinte. (Sônia Oliveira, presidenta da associação - Belo Horizonte, Minas Gerais)

## Funcionários da Leite Paulista obtêm aumento

A força da unidade na luta garantiu a vitória dos funcionários da Fábrica de Leite Paulista, aqui em Guaratinguetá. No domingo, dia 26, os companheiros decidiram, em assembléia do Sindicato dos Trabalhadores em Indústria de Alimentação, parar a produção. Segundo o presidente do sindicato, Fábio Filho, a pauta de reivindicações incluía um aumento salarial de 15,4% para quem ganha até R\$ 5 mil; adicional noturno; e reposição das perdas salariais sofridas durante os últimos anos.

A adesão ao movimento foi total. Os 750 funcionários entraram em greve. Na segunda-feira, às 22 horas, os patrões cederam diante da força dos trabalhadores. Foi conquistado o aumento de 15,4% e o pagamento de horas extras — que a empresa não efetuava desde dezembro — e ainda garantida a estabilidade no emprego por 30 dias. Uma vitória que encheu de ânimo todos os companheiros. (Fundação Maurício Grabois)

Fundação Maurício Grabois

# Rosa Maria e a influência do jazz

Ultimamente o Brasil está sendo palco para espetáculos de nomes consagrados do jazz, como Bobby McFerrin, Billy Eckstine, Dizzy Gillespie e B.B. King. Mas o jazz chegou ao Brasil há muito tempo e aqui fez seus próprios jazzistas, como a cantora Rosa Maria que, com sua meiga e rouca voz, falou à Tribuna Operária sobre esse estilo musical.

O primeiro contato de Rosa Maria com o jazz foi decisivo: "Conheci o jazz quando adolescente. Eu vivia em um pensionato subsidiado pelos 'Diários Associados' e todo o final de ano eles mandavam discos para a gente. Sempre fui fissurada em música, e aí entrei em contato com Billy Holiday, Mc Rainey e Bessie Smith" (cantoras negras do jazz, da década de 20).

Esses nomes, e outros não menos famosos, citados por Rosa Maria, e que certamente a influenciaram, só emergiram do contexto histórico em que viviam graças ao destaque e originalidade que o jazz alcançou nos EUA, com suas raízes eminentemente negras. Disseram mesmo que o jazz é a música negra, e Archie Shepp não estava de todo enganado, pois a África é o ponto de partida na viagem do jazz.

Antes da guerra civil americana, em 1860, os EUA possuíam cerca de 3 milhões de negros e mulatos. Daí viria o jazz, resultado de um sincretismo cultural entre negros e brancos. Para os africanos, a música era utilizada como aglutinador social, e não só como manifestação artística. O jazz vem dos gritos, dos cantos de lamentação dos negros, e se aprimorou no confronto com as melodias ocidentais. É uma música de coração ardentemente negro e quebrantado pelas expectativas.

De Nova Orleans ao jazz-rock, passando pelo blues e o swing, o jazz cresceu muito nos EUA, produzindo artistas



Rosa Maria: "As pessoas precisam cultivar a música"

como Louis Armstrong, Duke Ellington, Mc Rainey, Lester Young, Billy Eckstine e muitos outros. Tudo isso chegou ao Brasil, ano após ano, influenciando os nossos músicos:

**TO: Rosa Maria, em que proporção o jazz influenciou a MPB?**

R.M. - As duas músicas se influenciaram, tanto a MPB influenciou a música moderna, como o jazz influenciou a Bossa Nova. Acho que não é uma coisa tão forte assim, pois a música brasileira é muito rica na sua linha melódica, em harmonia, em ritmo. É muito mais fácil nós os influenciarmos do que eles nos influenciarem. O Brasil sofreu todo tipo de influência, e por isso mesmo é

muito rico em sua música, pela sua miscigenação.

### MÚSICA INOVADORA

Para Rosa Maria o jazz é tudo. O jazz é blues, o jazz é espiritual: "As pessoas costumam chamar de jazz o que é mais 'swingado', mas existe o jazz lento, o free jazz, o colli jazz, o ragtime. O blues, por exemplo, é uma música inovadora; no início do século era cantado por homens. Homens andarihos que reivindicam suas batalhas, suas lutas, a mulher que não tinham".

Rosa Maria explica: "jazz é um estado de espírito. Um cantor de jazz é por excelência um improvisador. Ele sabe improvisar, ele usa seu estado e espírito no momento e aplica

naquilo, por isso uma peça de jazz é apresentada várias vezes de forma diferente".

Vivemos no país do samba, e o espaço conquistado pelo jazz ainda é muito restrito. Nossa jazz-singer responde:

"O que importa é que as pessoas aprendam a cultivar a música de um modo geral, seja samba ou jazz. Hoje em dia as pessoas já curtem mais o jazz. Eu sinto que há uma frequência maior nos shows de jazz. E a popularização do instrumental, que se deu com Hermeto Paschoal, Egberto Gismonti, César Camargo Mariano, pode aumentar ainda mais a familiarização do jazz".

### PRECONCEITO

**TO: Rosa, o cantor de jazz brasileiro é reconhecido ou sofre as mesmices de toda ascensão profissional?**

R.M. - Eu sofro não como jazzista, mas como negra, porque é muito mais difícil para o negro uma ascensão profissional. Sou negra, sou mulher e artista e sofro todos os preconceitos. Assim, tenho muito banzo e blues dentro de mim. Como mulher e como cantora, eu me acho muito jazzista. Minha infância foi parecida à da Billy Holiday, que nascida na pobreza e criada em pensionatos, batalhou seu ideal artístico, talvez a primeira versão do ídolo Pop deste século".

A jazzista brasileira também faz teatro, gosto que desabrochou quando fez "Hair", produção de Altair Lima. Atualmente está ensaiando uma peça — "A garota do gangster" — onde faz o papel de uma cantora negra. "Eu enriqueço a cantora toda vez que faço teatro. É um tempo que eu aproveito para reestruturar a cantora".

Enquanto cantora deixa clara sua posição eclética, não só jazzista. "Eu canto tudo, canto o que precisar e em oito idiomas. Já cantei rock, antes da febre do rock, já gravei discoteca antes da febre da discoteca, já gravei soul, já gravei samba. Tudo isso você vê num show meu". (Mônica Vendrame)



Um grupo capixaba apresenta-se no Festival de Teatro Amador

# Realidade viva no festival de teatro amador

Um teatro mais consequente e renovado, com essa proposta teve início no dia 22 de julho o 8º Festival Brasileiro de Teatro Amador — FBTA 86 —, promovido pela Confenata (Confederação Nacional de Teatro Amador) em realização conjunta com a Fetemig (Federação de Teatro de Minas Gerais), estendendo-se até o dia 02 de agosto. Ouro Preto é um palco vivo de um movimento de construção, que neste ano conta com a participação de 24 Estados e tem como convidados a Argentina e o Uruguai.

Um homem que ocupa um espaço, outro que o observa e entre ambos a consciência de uma cumplicidade, que os instantes seguintes poderão até atenuar ou fazer esquecer. Isto é o teatro. E o teatro amador é a mola mestra deste engenho que incita o raciocínio, mexendo com a realidade.

### AVANÇO TÍMIDO

Já para o coordenador da Confenata, Chico Simões, o papel do teatro amador é precisamente a sua opção de atuar numa ação social e libertadora. Avaliando o último festival, Chico afirma que seu salto qualitativo ainda é muito tímido no que se refere à intervenção das peças na realidade nacional, "o festival não consegue representar o grande movimento de teatro que existe no país".

Algumas peças se destacam pela beleza, riqueza e temática como "Bailei na Curva" — representante de São Paulo que fala da geração pós 64; "Minha Terra, minha vida" — representante do Maranhão, retrata a luta pela reforma agrária; e "Juan e la Dueda" com o grupo Tam-Tam da Argentina. Essa peça despertou o interesse do público, principalmente pela temática que atinge de perto nosso país: a dívida externa.

### DÍVIDA EXTERNA

E com estas propostas de cunho social, realiza-se o FBTA-86, um festival bienal que conta

com a colaboração também do Inacan (Instituto Nacional de Artes Cênicas).

Roberto Vega — famoso teatrólogo popular na Argentina e criador de diversos grupos e peças comprometidos com a transformação social —, fala junto com o grupo, à TO.

**TO: A peça "Juan e la Dueda" é simples e apesar de ser em espanhol, há a participação popular. Como se dá isso?**

RV: Acreditamos que o problema da dívida externa está presente em toda América Latina e é o grande responsável pela miséria que se abate sobre o continente. E isso é, precedido e sentido pelos operários, jovens e mulheres. De uma forma geral, estamos saturados de propostas de dominação, do imperialismo. Através do teatro popular estamos contribuindo de alguma forma para a libertação do povo da América Latina.

**TO: No processo democratizante, ora em curso tanto na Argentina como no Brasil, o FMI continua ditando regras. Como vocês vêem esta atitude?**

RV: Partimos do princípio de que a proposta do FMI é única para a América Latina. Diferenciando-se apenas na aplicação do acordo com as características do país, todo articulado no plano mais global do imperialismo. E é especialmente no aspecto cultural que se dá a resistência popular na contestação, na busca de uma nação própria. Nós estudamos em detalhes a dívida externa argentina. Sempre que um país paga ao Fundo "sua dívida", lá estará presente a saúde, educação e o trabalho do povo. Quem é a favor do pagamento da dívida externa é a favor da usurpação. E se o governo a paga, ele é contra a vontade do povo na educação, saúde e cultura. O nosso instrumento, assim como o do operário, da mulher, do estudante, é o teatro, seja em palcos ou nas ruas. Mas sempre fazendo avançar a luta de libertação. E esse é o compromisso, a nosso ver, do teatro popular, comprometido com a realidade". (Rijarda Arístoteles, Caroline Guarato)

# Os "Orixás da Bahia" de Jotabarro



Será realizado nos dias 8, 9 e 10 de agosto o I Festival da Literatura de Cordele São Paulo. Trata-se de uma promoção conjunta da Secretaria do Estado da Cultura e da Associação de Repentistas, Poetas e Escritores do Brasil. A abertura será no dia 8, às 20 horas, no teatro Mazzaropi (rua Visconde de Parnaíba, 2437, Estação Bresser do Metrô). Na oportunidade será inaugurada a exposição "Literatura de Cordel em São Paulo" e haverá um concerto com o Coral Paulistano, regido pelo maestro Roberto Casemiro, com músicas folclóricas nordestinas.

O Espaço Cultural Anita Garibaldi abre, no dia 1º de agosto, às 20 horas, a exposição de xilogravuras "Orixás da Bahia", de Jotabarro, artista popular nordestino.

Segundo Jerusa Pires Ferrreira, João de Barros, o Jotabarro, canta "repentes com a viola, escreve ótimos folhetos, canta-os com perfeição, quando há espaço. São famosas no Recife suas intervenções verbais, o trocadilho certo, em voz baixa mas contundente. Jotabarro não é o homem de gargalhada dionisiaca, é o riso sábio e sofrido, uma tendência constante à melancolia, porém carregado de espírito e graça"

Com relação aos "Orixás da Bahia", escreve Jerusa que Jotabarro, ao estilizá-los, "deu-lhes a marca de seu conjunto de formas, que vem da relação da memória ancestral com a madeira e o papel em branco e preto. Juntou um ar de graça, a figura romântica de alguns de seus santos e a tristeza e o peso de seu desespero".

Espaço Cultural Anita Garibaldi fica na av. Brig. Luís Antônio, 1511, Bela Vista, São Paulo.

## Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TLOBR. Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Filho, Olívia Rangel.

**ACRE** - Rio Branco: Edifício Felício, 2º andar - CEP 69000.

**ALAGOAS** - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja - CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.

**AMAZONAS** - Manaus: Rua Simom Bolívar, 231 (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.

**BAHIA** - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinqüentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45000. Ilhéus: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro - Juazeiro: Rua América Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: Rua Pereira Moacir, 90 - CEP 47500. Salvador: Rua Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimes) - CEP 43700.

**DISTRITO FEDERAL** - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70702.

**CEARÁ** - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguatú: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

**ESPIRITO SANTO** - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000. GOIÁS - Goiânia: Rua 3, nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100. MARANHÃO - São Luís: Rua do Egípcio, 76 - Centro - CEP 65000. MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000. MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000. PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100. PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88 - Fone: 253-7961. CEP 80000. Londrina: Rua Serapipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100. PIAUÍ - Teresina: Rua Barroso, 144 - N. 1º andar, sala 4 - CEP 64000. PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigilino Batista, 236 - CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000. RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Deodoro, 776 - Cidade Alta - R.N. - CEP 59000. RIO GRANDE DO SUL - Bento Gonçalves: Rua Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: Rua Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: Rua Andradá

Neves 1589, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. Ijuí: Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s. 23, 2º andar. RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000. SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000. SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saravia, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Ovídio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. - Corresponsável: Past-Ed e Fotolito - Rua Floriano Peixoto, 408 - CEP: 279-3646. Impressão Cia Jorjues. Fone: 815-4999 - São Paulo - S.P.

Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Colabore para o fortalecimento da imprensa operária.

Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições)  Cz\$ 260,00  
 Anual popular (52 edições)  Cz\$ 130,00  
 Semestral (26 edições)  Cz\$ 130,00  
 Semestral popular (26 edições)  Cz\$ 65,00  
 Trimestral (13 edições)  Cz\$ 33,00  
 Anual para o exterior (dólares)  US\$ 70

Nome: .....  
 Endereço: .....  
 Bairro: .....  
 Cidade: ..... CEP: .....  
 Estado: .....  
 Profissão: .....  
 Data: .....

Endereço a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318.

Centro de Documentação e Memória  
 Fundação Maurício Grabois

Metalúrgicos de São Paulo realizam seu 8º Congresso

# Em pauta, luta salarial e CGT

Neste final de semana, os metalúrgicos da capital paulista realizam o seu 8º Congresso. Este terá como ponto de pauta principal a definição dos rumos da campanha salarial de novembro, mas também discutirá a situação política nacional e o movimento sindical. Aguardado com grande expectativa, o congresso se dá num momento de pique da luta da categoria.

Nos últimos meses, a categoria metalúrgica de São Paulo — a maior do país, com cerca de 370 mil operários na base sindical — vivencia um grande ascenso nas suas lutas e na organização no interior das fábricas. O setor se encontra na linha de frente do combate ao congelamento dos salários imposto pelo Plano Cruzado, realizando greves quase que diárias por melhorias salariais — e conquistando na maioria dos casos vitórias parciais, com aumentos que variam de 5 a 30%.

Segundo levantamento do sindicato dos metalúrgicos, desde o início do ano (e, principalmente, a partir do Plano Cruzado, em final de fevereiro) foram realizadas 174 greves por fábricas, envolvendo mais de 87 mil trabalhadores. Com a intensa mobilização da base em torno da campanha pelo aumento-já, desencadeada pela entidade sindical, também conhecidos acordos salariais sem paralisar as atividades. Temendo as greves, 81 empresas cederam aumentos para cerca de 30 mil operários.

## Congresso vai reunir a nata da categoria

O 8º Congresso dos Metalúrgicos, realizado nessa conjuntura de ascenso das lutas,



O congresso vai avaliar o pique grevista dos metalúrgicos da capital e a ação combativa do sindicato da categoria

deverá refletir toda a disposição da categoria. Conforme explica Neleu Alves, diretor do sindicato, "o congresso se realiza num momento muito importante para nossa base, que está de cabeça erguida, confiante no seu poder de união e mobilização". Neleu prevê a participação de mais de 800 delegados, "principalmente do pessoal que esteve à frente das greves, da nata da categoria". Para ele, a presença só não será maior devido às próprias greves, que continuam pipocando e dificultaram a preparação do evento.

A questão que será discutida no congresso é a própria luta salarial dos metalúrgicos. Além de avaliar os êxitos da campanha pelo aumento-já, os delegados também deverão definir as linhas mestras da

batalha salarial de novembro. "Os patrões já estão falando em descontar esses reajustes que conquistamos agora. Para evitar essa manobra das empresas, que continuam tendo altos lucros, devemos nos mobilizar desde já", afirma Luís Antônio, presidente do sindicato.

## "CUT deve ser repudiada pelos metalúrgicos"

Outro ponto que deverá gerar grande discussão é sobre as centrais sindicais. Luís Antônio defende que o congresso tire uma posição de repúdio à CUT e aprove a filiação do sindicato à CGT. "A CUT tem tido uma postura muito negativa nas nossas lutas. Ela não se porta como uma central, mas como um sindicato paralelo. Joga sempre no enfraquecimento do sindicato da categoria, para ocupar o espaço, fazendo o jogo dos patrões".

Ele lembra a postura exclusivista da central petista em várias greves, como na Indap (fábrica na Zona Sul com 400 operários) e na Philco. "É preciso repudiar essas atitudes divisionistas, que só resultam em enfraquecimento da organização da categoria e até em demissões das principais lideranças nas fábricas", assevera Luís Antônio.

Eustáquio Vital, diretor do sindicato, defende a mesma posição. "A CUT está desgastada no meio dos metalúrgicos. Chegou a levar vaia em várias portas de fábricas. Primeiro, ela não entendeu o momento

político atual. Criticou em bloco o Plano Cruzado, quando os operários aplaudiam o congelamento dos preços. Depois, ficou à margem da luta pelos aumentos de salários. Quando se tocou da importância da batalha, não veio para somar, mas para dividir, para marcar posição e criticar o sindicato que dirigia a luta. Tem tido uma postura irresponsável, divisionista".

Por último, os congressistas também deverão analisar a conjuntura política do país e discutir as formas de democratizar o sindicato — inclusive as mudanças do seu estatuto. Quanto à situação nacional, deverão ser reafirmadas as bandeiras de suspensão do pagamento da dívida externa, aplicação imediata do Plano Nacional de Reforma Agrária etc.

Mas Eustáquio Vital acha que o congresso "não deve ficar apenas no discurso geral. Deve ditar diretrizes concretas de luta". Para ele, uma campanha que prometa mobilizar o povo é a da defesa do congelamento dos preços. "Os metalúrgicos devem encampar o abaixo-assinado da CGT pelo congelamento dos preços, levando-o a todas as fábricas da capital".

Para ele, "os operários estão preocupados com o futuro do congelamento. Sentem que os empresários estão desrespeitando o Plano Cruzado, que o preço da carne, do arroz, está aumentando, e que vários produtos estão em falta nos mercados. A campanha em defesa do congelamento pode mobilizar um grande número de trabalhadores".

## Lei de Greve não agrada

O projeto de nova Lei de Greve do Ministério do Trabalho, apresentado na semana passada, não agradou o movimento sindical. Todos são unânimes ao dizer que ele não traz grandes modificações na legislação arbitrária em vigor e, ainda, representa um recuo diante do anteprojeto formulado pelo próprio ministro Pazzianotto em meados do ano passado.

Não é para menos que o patronato e a sua imprensa aplaudiram a nova proposta do governo. A Fiesp (entidade dos industriais paulistas), numa primeira análise, elogiou "o projeto do Executivo como um avanço". Os empresários ficaram particularmente satisfeitos com as restrições aos piquetes nas greves. Isto porque, segundo Roberto Della Manna, diretor do Departamento Sindical da Fiesp, as últimas paralisações operárias "só ocorreram por pressão dos piquetes".

Já o arquivista jornal "O Estado de São Paulo", que se destaca por seu combate feroz e histórico às lutas dos trabalhadores, considerou a nova Lei de Greve "uma evolução". Comparou com a proposta anterior do ministro, que "abria maiores brechas às greves", e só exigiu maior rigor na aplicação do projeto, caso seja aprovado pelo Congresso. Interessante notar que o "Estado" elogiou principalmente o fato do projeto ser mais incisivo nas punições aos grevistas.

Por último, o jornal "Folha de São Paulo", que trilha a mesma

linha direitista do seu concorrente, se referiu ao projeto como "uma versão melhorada". Para o órgão burguês, "as modificações mais importantes se referem à punição dos que não respeitarem a lei".

## NADA DE NOVO

Objetivamente, o projeto não apresenta nada de novo com relação à legislação antigreve existente. Conforme reconheceu o próprio secretário de relações do trabalho do Ministério, Plínio Sarti, não há mudanças expressivas na proposta. As pequenas modificações apresentadas, como a diminuição do quorum para uma assembleia deliberar pela greve, não mexem no conteúdo autoritário e restrito da CLT e da legislação complementar imposta pelo regime militar.

Mesmo o que vem sendo apresentado como novidade — a opção das partes pela arbitragem extrajudicial no caso do impasse nas negociações trabalhistas — não se adapta à realidade brasileira. Por exemplo, dificilmente a Fiesp e os sindicatos metalúrgicos envolvidos numa batalha salarial vão concordar com um árbitro de comum acordo para julgar o impasse de uma negociação!

Em alguns itens, inclusive, o projeto dá margem a um interpretação da justiça mais reacionária do que é feita hoje. O artigo 23, por exemplo, considera ato de violência "os bloqueios de acesso aos locais de trabalho" e afirma que estes ficam sujeitos a sanções penais e, até a demissão por justa causa. Ou seja: pelo projeto, o piquete vira crime.

Outra falha ainda pior é a que deixa em aberto a punição do trabalhador que participar de greve decretada ilegal. Pela jurisprudência atual, a participação pacífica na greve ilegal não é considerada falta grave. Agora, o grevista poderá até ser demitido por justa causa.

## FALSA NEGOCIAÇÃO

No fundo, o que o governo procurou atingir com essa proposta não foi a democratização da lei de greve. Isto foi tentado com o projeto apresentado no ano passado que era mais flexível com relação a greve e inclusive previa a formação de "comissões de representantes" nas empresas. Mas o governo recuou frente a gritaria do patrão e a inexistência de pressão por parte do movimento sindical.

Agora, o objetivo do Ministério do Trabalho é unicamente o de facilitar as negociações trabalhistas. Daí se explica a existência da figura da arbitragem extrajudicial e de outras. O governo está temeroso com o ascenso do movimento grevista e quer evitá-lo com uma nova legislação — já que a anterior não era mais respeitada pelos trabalhadores. Mas a tentativa é também infrutífera, porque, mais uma vez, restringe este direito universal dos assalariados.

## O que explica as greves

A onda de greves na base metalúrgica da capital paulista não se explica apenas pela combatividade da categoria e pelo comprometimento do sindicato com o avanço das lutas operárias. O fator econômico, aproveitado inteligentemente pelos operários, tem forte peso.

Isto fica evidente no estudo realizado pela subseção do Dieese do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. O setor vive um certo crescimento industrial, aumentando atualmente o que antes da crise de 1982. Em contrapartida, o nível de empregos nas metalúrgicas da capital continua abaixo do alcançado em 1980.

Segundo dados da própria Fiesp (entidade patronal), o número de trabalhadores na indústria paulista em 1980 era de 2,17 milhões. Hoje, não passa de 1,9 milhão. Em compensação, o nível de produção nas empresas já é 10% superior ao atingido em 1980. No caso dos metalúrgicos, em 1980 a categoria tinha 440 mil operários; atualmente, são 370 mil.

A produção aumentou — e, conseqüentemente, o lucro — com um número bem menor de metalúrgicos operando as máquinas.

É nessa situação que os metalúrgicos param — e obtêm vitórias parciais. As máquinas estão a todo vapor para cumprir as encomendas, que aumentaram a partir do Plano Cruzado; e qualquer greve coloca os patrões na parede.

Segundo o mesmo estudo, 51,8% dos metalúrgicos da capital (mais de 190 mil trabalhadores) ganham até três salários mínimos; 22,7% (cerca de 84 mil operários) recebem entre três e cinco. Pelos cálculos do Dieese, em

junho deste ano o salário mínimo necessário para a sobrevivência de uma família de trabalhadores (casal e dois filhos menores) deveria ser de pelo menos Cz\$ 3.524,28. Ou seja: cerca de 75% dos metalúrgicos não recebem o necessário para levar uma vida digna.

Já os patrões se esbaldam nos lucros. Os balanços de 183 empresas pertencentes à base do Sindicato dos Metalúrgicos, responsáveis pelo emprego de cerca de 30% da categoria, mostram que em 1985 elas tiveram um aumento de 291% no seu lucro declarado, em relação ao ano anterior.



Foto: Paulo Torraca

Sofone para: mais uma vitória dos operários que o governo quer conter com o seu projeto



**CDM**  
Centro de Documentação e Informação dos Trabalhadores  
Fundação Maurício Grabois